



ESTADO DO CEARÁ

# DIÁRIO DA JUSTIÇA

ELETRÔNICO

Ano I • Edição 18 • Fortaleza, Terça-feira, 29 de Junho de 2010

Fortaleza, Ano I - Edição 18

EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DES. ERNANI BARREIRA PORTO**  
PRESIDENTE

**DES. JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA**  
VICE-PRESIDENTE

**DES. JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO**  
**FROTA**  
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

## TRIBUNAL PLENO

(Reuniões às quintas-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Ernani Barreira Porto  
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha  
Des. Rômulo Moreira de Deus  
Des. José Arísio Lopes da Costa  
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido  
Des. João Byron de Figueirêdo Frota  
Des. Ademar Mendes Bezerra  
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale  
Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes  
Des. Lincoln Tavares Dantas  
Des. Celso Albuquerque Macêdo  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Des. Francisco Sales Neto  
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante  
Des. Francisco Gurgel Holanda  
Desa. Maria Náilde Pinheiro Nogueira  
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
Des. Francisco Pedrosa Teixeira  
Desa. Vera Lúcia Correia Lima  
Des. Francisco Auricélio Pontes  
Des. Francisco Suenon Bastos Mota  
Des. Clécio Aguiar de Magalhães  
Des. Francisco Barbosa Filho  
Des. Paulo Camelo Timbó  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Desa. Sérgio Maria Mendonça Miranda  
Des. Jucid Peixoto do Amaral  
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz  
Dr. Inácio de Alencar Cortez Neto - Juiz convocado para substituir o Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque.  
Dr. Alexandre Sampaio Guizardi - Secretário Geral, em exercício

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

(Reuniões às últimas terças-feiras de cada mês, com início às 13:30 horas)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente  
Des. Rômulo Moreira de Deus  
Des. Ademar Mendes Bezerra  
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale  
Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes  
Des. Lincoln Tavares Dantas  
Des. Celso Albuquerque Macêdo  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Des. Francisco Sales Neto  
Des. Francisco Gurgel Holanda  
Desa. Maria Náilde Pinheiro Nogueira  
Desa. Vera Lúcia Correia Lima  
Des. Francisco Auricélio Pontes  
Des. Francisco Suenon Bastos Mota  
Des. Clécio Aguiar de Magalhães  
Des. Francisco Barbosa Filho  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Desa. Sérgio Maria Mendonça Miranda  
Des. Jucid Peixoto do Amaral  
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz  
Dra. Kátia Cilene Teixeira - Secretária

### 1ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quintas-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente  
Des. Francisco Sales Neto  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Dr. David Aguiar Costa - Secretário

### 2ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Ademar Mendes Bezerra - Presidente  
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes  
Desa. Maria Náilde Pinheiro Nogueira  
Des. Francisco Auricélio Pontes  
Dra. Ismênia Nogueira Alencar - Secretária

### 3ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Rômulo Moreira de Deus - Presidente  
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Celso Albuquerque Macêdo  
Dr. João Bosco Ponte de Aguiar - Secretário

### 4ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13:30 horas)

Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente  
Des. Lincoln Tavares Dantas  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Desa. Vera Lúcia Correia Lima  
Dra. Camila de Andrade Araripe - Secretária

### 5ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08:30 horas)

Des. Francisco Gurgel Holanda - Presidente  
Des. Francisco Suenon Bastos Mota  
Des. Clécio Aguiar de Magalhães  
Des. Francisco Barbosa Filho  
Dra. Daniela da Silva Clementino - Secretária

### 6ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08:30 horas)

Des. José Mário Dos Martins Coelho - Presidente  
Desa. Sérgio Maria Mendonça Miranda  
Des. Jucid Peixoto do Amaral  
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz  
Dra. Geórgia Márcia Coelho Ramos - Secretária

## CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

(Reuniões às últimas quartas-feiras de cada mês, com início às 13:30 horas)

Des. Fco Haroldo R. de Albuquerque - Presidente  
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido  
Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira  
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante  
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
Des. Francisco Pedrosa Teixeira  
Des. Paulo Camelo Timbó  
Dr. Inácio de Alencar Cortez Neto - Juiz convocado  
Dra. Kátia Cilene Teixeira - Secretária

### 1ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Fco Haroldo R. de Albuquerque - Presidente  
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido  
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
Des. Francisco Pedrosa Teixeira  
Dr. Inácio de Alencar Cortez Neto - Juiz convocado  
Dr. Alexandre Ramos Garcia - Secretário

### 2ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13:30 horas)

Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira - Presidente  
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante  
Des. Paulo Camelo Timbó  
Dra. Marilza Rocha de Carvalho - Secretária

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

(Reuniões às 2ª e 4ª segundas-feiras com início às 17:00 horas)

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente  
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque  
Des. José Arísio Lopes da Costa  
Des. João Byron de Figueirêdo Frota  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale

Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante  
Dr. Alexandre Sampaio Guizardi - Secretário, em exercício

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

**PORTARIA Nº 923/2010-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73.**

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos ao Dr. **FERNANDO DE SOUZA VICENTE**, Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de **SENADOR POMPEU - CE**, da importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) à conta da dotação 33903900 FR 00, do vigente orçamento de 2010, conforme Nota de Empenho nº 1167 anexa, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 21 de junho de 2010.**

**ALEXANDRE SAMPAIO GUIZARDI**  
**SECRETÁRIO GERAL DO TJCE, em exercício**

**PORTARIA Nº 924/2010-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73.**

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos a Dra. **CANDICE ARRUDA VASCONCELOS**, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de **CARIÚS - CE**, da importância de R\$ 300,00 (trezentos reais) à conta da dotação 33903900 FR 00, do vigente orçamento de 2010, conforme Nota de Empenho nº 1168 anexa, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 21 de junho de 2010.**

**ALEXANDRE SAMPAIO GUIZARDI**  
**SECRETÁRIO GERAL DO TJCE, em exercício**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 1533-06.2010.8.06.0000, **RESOLVE** designar OSVALDO JOSÉ REBOUÇAS, Assessor Técnico, símbolo DAS-1, da Secretaria de Recursos e de Gestão do FERMOJU, Matrícula nº 7399.1/0, para substituir RAMIRO CÉSAR DE PAULA BARROSO, Secretário de Recursos Humanos e de Administração do FERMOJU, símbolo DGS-2, Matrícula nº 7203.1/3, durante o seu afastamento por 15 (quinze) dias de férias, no período de 01.07.2010 a 15.07.2010. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de junho de 2010.**

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO  
PRESIDENTE

P O R T A R I A N º 934 /2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que é previsto no art. 2º da Resolução nº 14, de 10 de julho de 2008, deste Tribunal,

**RESOLVE** designar o Dr. JOSÉ MARIA DOS SANTOS SALES, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal de Caucaia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, durante férias do Titular. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 28 de junho de 2010.**

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO  
PRESIDENTE

P O R T A R I A N º 935/2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que é previsto no art. 2º da Resolução nº 14, de 10 de julho de 2008, deste Tribunal,

**RESOLVE** designar a Dra. JANAYNA MARQUES DE OLIVEIRA E SILVA, Juíza de Direito Auxiliando a Comarca de São Gonçalo do Amarante, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Comarca de Paraipaba, durante férias da Titular. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 28 de junho de 2010.**

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO  
PRESIDENTE

## EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

## EDITAL Nº 123/2010

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em exercício, no uso das atribuições constantes do art. 30, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

RESOLVE tornar público o **resultado da aferição de pontos referente ao Edital nº 86/2010 – REMOÇÃO PARA A VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARCO**, constante do Anexo Único desta norma editalícia, na forma preconizada pelo art. 6º da Resolução nº 9, de 4 de maio de 2006, alterada pela Resolução nº 23, de 2 de outubro de 2008 (versão consolidada no Diário da Justiça de 23 de outubro de 2008) e Portaria nº 366, de 23 de maio de 2006, publicada no DJ de 25 de maio de 2006, conferindo-se aos interessados o prazo de quarenta e oito horas, contadas da data da publicação deste Edital, para apresentar qualquer manifestação sobre o resultado da aferição de pontos, objeto deste edital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 18 dias do mês de junho de 2010.

**Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

## REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

ANEXO ÚNICO DO EDITAL nº 123/2010

Edital : 2010/000086 - VARA UNICA DA COMARCA DE MARCO

Candidato: **CANDICE ARRUDA VASCONCELOS**

ATIVIDADES LIGADAS AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA, PRODUÇÃO INTELECTUAL E FREQUÊNCIA DE CURSOS - (ART. 6º DA RES. Nº 09/2006)		PONTOS
1. Exercício da função de Juiz Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de efetivo	NÃO	0
2. Exercício da função de Juiz Eleitoral com exercício em Zona Eleitoral	Sim, por 1 (um) ano	0,1
3. Exercício da função de membro da Junta Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal, por período não inferior a 01(um) ano	NÃO	0
4. Exercício da função de Juiz de Direito Coordenador da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	NÃO	0
5. Exercício da responsabilidade, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 60 (sessenta) dias	NÃO exerceu	0
6. Exercício da função de Juiz Convocado para compor o Pleno do Tribunal de Justiça, por período superior a 60 (sessenta) dias de convocação	NÃO	0
7. Exercício de Auxílio a juízo ou vara, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 90 (noventa) dias - 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto por cada ano, limitado a 1 (um) ponto	NÃO	0
8. Conclusão de cursos de pós-graduação em Direito, comprovados com Diplomas devidamente registrados no Ministério da Educação ou certidão equivalente, computando-se, na hipótese de mais de um título, o de maior pontuação	Possui ESPECIALIZAÇÃO em Direito	0,25
9. Participação em lista tríplice para efeito de promoção por merecimento nos últimos 02 (dois) anos, e acesso, a qualquer tempo, ao Tribunal de Justiça - 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto por cada lista, limitado a 2 (dois) pontos	Não consta em Lista Tríplice	0
<b>I. SUB-TOTAL DE PONTOS (itens 1 a 9 - Art. 6º da Res. Nº 09/2006)</b>		<b>0,35</b>
<b>II. AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE E PRESTEZA e demais elementos de avaliação na prestação da atividade jurisdicional - (Art. 7º da Res. Nº 09/2006)</b>		

Candidato: **FABIANA SILVA FELIX**

ATIVIDADES LIGADAS AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA, PRODUÇÃO INTELECTUAL E FREQUÊNCIA DE CURSOS - (ART. 6º DA RES. Nº 09/2006)		PONTOS
1. Exercício da função de Juiz Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de efetivo	NÃO	0
2. Exercício da função de Juiz Eleitoral com exercício em Zona Eleitoral	NÃO	0
3. Exercício da função de membro da Junta Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal, por período não inferior a 01(um) ano	NÃO	0
4. Exercício da função de Juiz de Direito Coordenador da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	NÃO	0
5. Exercício da responsabilidade, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 60 (sessenta) dias	Sim, por 1 (um) ano	0,5
6. Exercício da função de Juiz Convocado para compor o Pleno do Tribunal de Justiça, por período superior a 60 (sessenta) dias de convocação	NÃO	0
7. Exercício de Auxílio a juízo ou vara, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 90 (noventa) dias - 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto por cada ano, limitado a 1 (um) ponto	NÃO	0
8. Conclusão de cursos de pós-graduação em Direito, comprovados com Diplomas devidamente registrados no Ministério da Educação ou certidão equivalente, computando-se, na hipótese de mais de um título, o de maior pontuação	Não possui Pós-graduação em Direito	0
9. Participação em lista tríplice para efeito de promoção por merecimento nos últimos 02 (dois) anos, e acesso, a qualquer tempo, ao Tribunal de Justiça - 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto por cada lista, limitado a 2 (dois) pontos	Não consta em Lista Tríplice	0
<b>I. SUB-TOTAL DE PONTOS (itens 1 a 9 - Art. 6º da Res. Nº 09/2006)</b>		<b>0,5</b>
<b>II. AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE E PRESTEZA e demais elementos de avaliação na prestação da atividade jurisdicional - (Art. 7º da Res. Nº 09/2006)</b>		

Candidato: **RAFAEL LOPES DO AMARAL**

ATIVIDADES LIGADAS AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA, PRODUÇÃO INTELECTUAL E FREQUÊNCIA DE CURSOS - (ART. 6º DA RES. Nº 09/2006)		PONTOS
1. Exercício da função de Juiz Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de efetivo	NÃO	0
2. Exercício da função de Juiz Eleitoral com exercício em Zona Eleitoral	NÃO	0
3. Exercício da função de membro da Junta Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal, por período não inferior a 01(um) ano	NÃO	0
4. Exercício da função de Juiz de Direito Coordenador da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	NÃO	0
5. Exercício da responsabilidade, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 60 (sessenta) dias	NÃO exerceu	0
6. Exercício da função de Juiz Convocado para compor o Pleno do Tribunal de Justiça, por período superior a 60 (sessenta) dias de convocação	NÃO	0
7. Exercício de Auxílio a juízo ou vara, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 90 (noventa) dias - 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto por cada ano, limitado a 1 (um) ponto	NÃO	0
8. Conclusão de cursos de pós-graduação em Direito, comprovados com Diplomas devidamente registrados no Ministério da Educação ou certidão equivalente, computando-se, na hipótese de mais de um título, o de maior pontuação	Possui ESPECIALIZAÇÃO em Direito	0,25
9. Participação em lista triplíce para efeito de promoção por merecimento nos últimos 02 (dois) anos, e acesso, a qualquer tempo, ao Tribunal de Justiça - 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto por cada lista, limitado a 2 (dois) pontos	Não consta em Lista Tríplíce	0
<b>I. SUB-TOTAL DE PONTOS (itens 1 a 9 - Art. 6º da Res. Nº 09/2006)</b>		<b>0,25</b>
<b>II. AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE E PRESTEZA e demais elementos de avaliação na prestação da atividade jurisdicional - (Art. 7º da Res. Nº 09/2006)</b>		

Candidato: **TULIO EUGENIO DOS SANTOS**

ATIVIDADES LIGADAS AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA, PRODUÇÃO INTELECTUAL E FREQUÊNCIA DE CURSOS - (ART. 6º DA RES. Nº 09/2006)		PONTOS
1. Exercício da função de Juiz Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de efetivo	NÃO	0
2. Exercício da função de Juiz Eleitoral com exercício em Zona Eleitoral	NÃO	0
3. Exercício da função de membro da Junta Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal, por período não inferior a 01(um) ano	NÃO	0
4. Exercício da função de Juiz de Direito Coordenador da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	NÃO	0
5. Exercício da responsabilidade, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 60 (sessenta) dias	NÃO exerceu	0
6. Exercício da função de Juiz Convocado para compor o Pleno do Tribunal de Justiça, por período superior a 60 (sessenta) dias de convocação	NÃO	0
7. Exercício de Auxílio a juízo ou vara, sem prejuízo da titularidade, por período superior a 90 (noventa) dias - 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto por cada ano, limitado a 1 (um) ponto	NÃO	0
8. Conclusão de cursos de pós-graduação em Direito, comprovados com Diplomas devidamente registrados no Ministério da Educação ou certidão equivalente, computando-se, na hipótese de mais de um título, o de maior pontuação	Não possui Pós-graduação em Direito	0
9. Participação em lista triplíce para efeito de promoção por merecimento nos últimos 02 (dois) anos, e acesso, a qualquer tempo, ao Tribunal de Justiça - 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto por cada lista, limitado a 2 (dois) pontos	Não consta em Lista Tríplíce	0
<b>I. SUB-TOTAL DE PONTOS (itens 1 a 9 - Art. 6º da Res. Nº 09/2006)</b>		<b>0</b>
<b>II. AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE E PRESTEZA e demais elementos de avaliação na prestação da atividade jurisdicional - (Art. 7º da Res. Nº 09/2006)</b>		

## CENTRAL DE CONCILIAÇÃO

### Número do Despacho 09 - Ano: 2010

#### 796688-41.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO

Apelante : UNICARD BANCO MULTIPLO S/A

Rep. Jurídico : 10528 - CE HILDA HELENA MASSLER CARNEIRO

Rep. Jurídico : 10587 - CE GLADSON WESLEY MOTA PEREIRA

Rep. Jurídico : 13481 - CE GERUSA NUNES DE SOUSA

Rep. Jurídico : 13535 - CE MATIAS JOAQUIM COELHO NETO

Rep. Jurídico : 10596 - CE JOSE EDMAR CARNEIRO

Rep. Jurídico : 131905 - SP FLAVIA VELLARDO KOUYOMDJIAN

Rep. Jurídico : 15211 - CE KAROLYNE DUARTE CHAVES

Rep. Jurídico : 15863 - CE ANA CAROLINA RIBEIRO PEIXOTO

Rep. Jurídico : 15941 - CE MARCIO JOSE DE SOUZA AGUIAR

Rep. Jurídico : 16272 - CE THIAGO DE CASTRO PINTO LOPES

Rep. Jurídico : 16404 - CE JAMILE DANTAS TAVARES

Rep. Jurídico : 17207 - CE CRISTIANA MONIQUE DE OLIVEIRA FREITAS

Rep. Jurídico : 17601 - CE MAGNO CÉSAR PRAÇA

Rep. Jurídico : 17497 - CE ROBERTA DE AZEVEDO PORTELA

Rep. Jurídico : 17891 - CE MARIA ISABEL RAMOS PINHEIRO GOMES

Rep. Jurídico : 17960 - CE ANA CAROLINNE LIMA DA SILVA

Rep. Jurídico : 18253 - CE EDUARDO COSTA BEZERRA

Rep. Jurídico : 18267 - CE ALINE CARVALHO BORJA

ESTAGIÁRIO - ERMANO MENEZES DE LIMA

Apelado : DEBORAH MARIA CAVALCANTE SANTANA RODRIGUES

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

Relator(a): DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 1º de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### 19893-96.2004.8.06.0000/0 - APELAÇÃO

Apelante : CREDICARD S/A- ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO

Rep. Jurídico : 7303 - CE JAQUELINE KATIA GONCALVES

Rep. Jurídico : 7379 - CE AURY SOUZA SILVA

Rep. Jurídico : 876 - BA CINTHYA MARIA FERREIRA DE MORAES

Apelado : LEIBNITZ AUGUSTO GONCALVES GOYANNA

DEFENSOR PÚBLICO - SILVERIO ATALO BATISTA NOBRA

Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 1º de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### 269897-92.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO

Apelante : BANCO ITAU S.A

Rep. Jurídico : 4448 - CE EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 10422 - CE HIRAN LEAO DUARTE

Rep. Jurídico : 10423 - CE ELIETE SANTANA MATOS

Rep. Jurídico : 50747 - SP NELI DOS SANTOS

Rep. Jurídico : 14969 - CE ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA

Apelado : ANA CLARA DA SILVA ALMEIDA

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA

Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 1º de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**741217-40.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO PANAMERICANO S/A

Rep. Jurídico : 4237 - CE ANTONIO AURENIZO TAVARES

Rep. Jurídico : 9903 - CE MONICA ROCHA BORGES COSTA

Rep. Jurídico : 10284 - CE ADRIANO CAMPOS COSTA

Rep. Jurídico : 11069 - CE JOSE ARMANDO DA COSTA JUNIOR

Rep. Jurídico : 24696 - PR AFONSO MARIA BUENO

Rep. Jurídico : 16362 - CE HELLEN ROCHA TAVARES

Rep. Jurídico : 16383 - CE GILVAN MELO DE SOUSA

Rep. Jurídico : 16768 - CE MARIANA SAMPAIO MARQUES

ESTAGIÁRIO - TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA

ESTAGIÁRIO - ITALO SILVA DANTAS

ESTAGIÁRIO - MARCIO DE VIEIRA LEITE MARANHÃO

Apelado : JORGE LUIZ FELIX REBOUCAS

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSOR PUBLICO

Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 1º de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**98005-08.2006.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : MARIA JARDELINA DE SOUSA AMORIM

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Apelado : BANCO SHAHIN S/A

Rep. Jurídico : 4448 - CE EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 10422 - CE HIRAN LEAO DUARTE

Rep. Jurídico : 10423 - CE ELIETE SANTANA MATOS

Rep. Jurídico : 12537 - CE YVILA MARIA PITOMBEIRA COELHO

Rep. Jurídico : 16474 - CE MARIA RUBIA NEPOMUCENO GOMES

Rep. Jurídico : 17779 - CE CARLOS EDUARDO LIMA DE FREITAS

Rep. Jurídico : 18095 - CE GUSTAVO DE SOUSA LOPES

Rep. Jurídico : 18104 - CE EMANUELA CUNHA MENEZES

Rep. Jurídico : 18221 - CE JOÃO HENRIQUE SILVA SOBREIRA DE SAMPAIO

Rep. Jurídico : 18251 - CE ANDRÉ ANTONIO MARTINS BRASIL

Rep. Jurídico : 18744 - CE FÁBIO ARAÚJO DE LIMA

Rep. Jurídico : 18993 - CE LUCIANA LEITÃO PIMENTEL

Rep. Jurídico : 61028 - SP CELSO A GUIMARAES

Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 1º de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**113515-90.2008.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO DO BRASIL S/A

Rep. Jurídico : 3648 - CE MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO

Rep. Jurídico : 13121 - CE ERIC GARMES DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 8042 - CE SYLVIA CYNARA DOS SANTOS ROCHA PINHO DE CARVALHO

Rep. Jurídico : 17446 - CE JOSIENE NOGUEIRA GAMA

Rep. Jurídico : 18682 - CE NELSON PASCHOALOTTO

Rep. Jurídico : 18917 - CE LEANDRO AMORIM PINHEIRO SANTOS NETO

Rep. Jurídico : 19676 - CE ANNA IVANOVNA DE LUCENA MORENO

Rep. Jurídico : 20393 - CE ALINE MARIA MENEZES DE SOUZA

Apelado : JOSUE FERREIRA NETO

Rep. Jurídico : 15166 - CE ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO

ESTAGIÁRIO - JOSUE FERREIRA NETO

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências

da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**19484-23.2004.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : PEDRO FERNANDES DE VASCONCELOS

Apelante : SINARA ALVES TOMAS

Rep. Jurídico : 6920 - CE RICARDO IBIAPINA LIMA

Apelado : ALTAIR DE FRANÇA REBOUÇAS

Rep. Jurídico : 8669 - CE MARIA NEILE VIEIRA SOARES

Rep. Jurídico : 11807 - CE FRANCISCO JOSE SOARES

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**795295-81.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : ELEICE LOURENÇO DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 8511 - CE DARTANHAN DA ROCHA PEREIRA

Apelado : FINAUSTRIA - COMPANHIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Rep. Jurídico : 149225 - SP MOISES BATISTA DE SOUZA

Rep. Jurídico : 15067 - CE EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA

Rep. Jurídico : 15924 - CE FABIANA DE AZEVEDO GONCALVES

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**540459-45.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : GM LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Rep. Jurídico : 14073 - CE HELAINE CRISTINA PINHEIRO FERNANDES

Rep. Jurídico : 1870 - CE MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO

Rep. Jurídico : 10952 - CE ROSEANY ARAUJO VIANA

Rep. Jurídico : 12899 - CE VANESSA LOURINHO PINHEIRO

Rep. Jurídico : 14214 - CE ANTONIO GILBERTO PIGHINELLI JUNIOR

Apelado : SERGIO SANCHO DE SOUSA

Rep. Jurídico : 5439 - CE ANTONIO LUIZ PAIVA VIANA

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**635944-72.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A.

Rep. Jurídico : 14665 - CE CELIA LUCIANI ABREU LUCIO DE MACEDO

Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO

Rep. Jurídico : 8097 - CE JOSE CHARLES DO NASCIMENTO

Rep. Jurídico : 8942 - CE JOACI INACIO DE BRITO

Rep. Jurídico : 13755 - CE OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO

Rep. Jurídico : 15040 - CE FRANCISCO SARAIVA MAIA NETO

Apelado : JOSE OLIVEIRA FROTA

Rep. Jurídico : 9314 - CE CLAUDIA VALENTE MASCARENHAS

Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambé, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**657539-30.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO DO ESTADO DO CEARÁ S.A - BEC

Rep. Jurídico : 4622 - CE GERARDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE FILHO

Apelado : FRANCISCO DE ASSIS SOUSA RAMOS

Rep. Jurídico : 2812 - CE FRANCISCO HELIO GOMES FERREIRA

Rep. Jurídico : 4644 - CE ELIEZE MOURA BRASIL TEIXEIRA

Rep. Jurídico : 7864 - CE JOSE JUAREZ VIANA

Rep. Jurídico : 13436 - CE JOSE HORACIO SAMPAIO

Relator(a): Des. FRANCISCO GURGEL HOLANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 13 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambé, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**1108-07.2000.8.06.0104/1 - APELAÇÃO**

Apelante : MANOEL MESSIAS ALVES

Apelante : VIRIATO DE OLIVEIRA ALVES

Apelante : FRANCISCO DEUSIMAR ALVES

Apelante : JOÃO PAULO DE OLIVEIRA ALVES

Rep. Jurídico : 8400 - CE GERALDO MAGELA RIOS FILHO

Rep. Jurídico : 5321 - CE JOSE WEYNE DE AMORIM

Apelado : TEREZA BARBOSA DO NASCIMENTO

Apelado : SOLANGE BARBOSA DE SOUSA

Apelado : JOÃO BARBOSA DE SOUSA

Apelado : ROSA BARBOSA DE SOUSA

Apelado : RAIMUNDO BARBOSA DE SOUSA

Rep. Jurídico : 7094 - CE JOAO BANDEIRA ACCIOLY

Rep. Jurídico : 8510 - CE CHARLES MAIA MENDONCA

Rep. Jurídico : 11371 - CE MARCIA SALES LEITE SILVEIRA

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambé, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**36153-88.2003.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : RUBENIO SAMPAIO DA PASCOA

Rep. Jurídico : 15152 - CE KELERY DINARTE DE PASCOA FREITAS

Apelado : BANCO ABN AMRO BANK S.A.

Relator(a): DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambé, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**6936-81.2005.8.06.0112/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A

Rep. Jurídico : 14877 - CE GERMANO GONZAGA LIMA DO VALE FILHO

Rep. Jurídico : 15797 - CE LUCIANA MELO MADRUGA FERNANDES  
Rep. Jurídico : 2310 - CE VALMIR PONTES FILHO  
Rep. Jurídico : 6157 - CE MARIA ELIANE FARIAS FREIRE  
Rep. Jurídico : 9818 - CE ROCHELLE AGUIAR KARAM CORDEIRO  
Rep. Jurídico : 9922 - CE FERNANDO DE SOUSA CAVALCANTI JUNIOR  
Rep. Jurídico : 10144 - CE RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 12639 - CE FELIPE BARREIRA UCHOA  
Rep. Jurídico : 14325 - CE CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO  
Rep. Jurídico : 14326 - CE CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO  
Rep. Jurídico : 14407 - CE MARCELO MEMORIA DE ARAUJO  
Rep. Jurídico : 15284 - CE TALITA LIMA AMARO  
Rep. Jurídico : 16215 - CE SAVIO CARVALHO CAVALCANTE  
Rep. Jurídico : 16247 - CE PAULO VALED PERRY FILHO  
Rep. Jurídico : 16532 - CE CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA  
Rep. Jurídico : 16571 - CE ALEXANDRE MAGNUS FERREIRA FREIRE  
Rep. Jurídico : 16741 - CE AILYN LOPES SANTORO  
Rep. Jurídico : 17802 - CE FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA  
Rep. Jurídico : 17042 - CE ERICA TORRES PASSOS MARINHO  
Rep. Jurídico : 17245 - CE LIANA DOS SANTOS MEMÓRIA  
Rep. Jurídico : 17416 - CE ANA CAROLINA FARIAS  
Rep. Jurídico : 17666 - CE LILIAN TELES CAMILO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 18505 - CE NESTOR SOUSA FACUNDO  
Rep. Jurídico : 19347 - CE DAVID VERAS BEZERRA  
Rep. Jurídico : 19311 - CE JORDAO PINHEIRO MEDEIROS  
Rep. Jurídico : 196913 - SP RENATA STEIN PEREIRA  
Apelante : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO  
Rep. Jurídico : 4802 - CE EVANGELISTA BELEM DANTAS  
Rep. Jurídico : 12281 - CE MILENA SILVA FALCAO  
Rep. Jurídico : 15841 - CE BELQUIOR JOSE GONCALVES  
Rep. Jurídico : 16190 - CE FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA  
Apelado : JOAO PEREIRA DE CALDAS  
Rep. Jurídico : 7035 - CE CARLOS ALBERTO MILFONT BELEM  
Relator(a): Des. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **734874-28.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A.

Apelado : BANCO ABN AMRO REAL S/A.

Rep. Jurídico : 14877 - CE GERMANO GONZAGA LIMA DO VALE FILHO

Rep. Jurídico : 2310 - CE VALMIR PONTES FILHO

Rep. Jurídico : 10144 - CE RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 12639 - CE FELIPE BARREIRA UCHOA

Rep. Jurídico : 14407 - CE MARCELO MEMORIA DE ARAUJO

Rep. Jurídico : 16247 - CE PAULO VALED PERRY FILHO

Apelante : EDERSON BOTELHO SOUSA

Apelado : EDERSON BOTELHO SOUSA

Rep. Jurídico : 14379 - CE MARCOS DA SILVA BRUNO

Rep. Jurídico : 15642 - CE CELSO RICARDO FREDERICO BALDAN

Rep. Jurídico : 13051 - CE PAULO HAMILTON DA SILVA

Rep. Jurídico : 14693 - CE WLADIMIR JOSE SILVA DE OLIVEIRA

Relator(a): Des. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **9005-31.2005.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelado : JOSE CARLOS DO NASCIMENTO SILVA

Rep. Jurídico : 5714 - CE MAURO JUNIOR RIOS

Rep. Jurídico : 16203 - CE GEORGE DE CASTRO JUNIOR

Rep. Jurídico : 19140 - CE ADRIANA OLIVEIRA PINTO

ESTAGIÁRIO - CLICIA PINTO MARTINS

Apelado : BANCO ABN AMRO REAL S/A

Rep. Jurídico : 14877 - CE GERMANO GONZAGA LIMA DO VALE FILHO

Rep. Jurídico : 2310 - CE VALMIR PONTES FILHO

Rep. Jurídico : 3907 - CE SONIA MARIA ALVES PONTE

Rep. Jurídico : 10144 - CE RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 12639 - CE FELIPE BARREIRA UCHOA

Rep. Jurídico : 14407 - CE MARCELO MEMORIA DE ARAUJO

Rep. Jurídico : 16247 - CE PAULO VALED PERRY FILHO

Relator(a): DES. FRANCISCO BARBOSA FILHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

### **31687-17.2004.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : CREDICARD S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO

Rep. Jurídico : 14448 - CE LEONARDO LOPES MARTINS DA COSTA

Rep. Jurídico : 157365 - SP CRISTINA SUENAGA JUNQUEIRA DE CARVALHO

Rep. Jurídico : 7356 - CE ANTONIO AIRTON SAMPAIO DE CASTRO

Rep. Jurídico : 7379 - CE AURY SOUZA SILVA

Rep. Jurídico : 7380 - CE CINTHYA MARIA FERREIRA DE MORAES

Rep. Jurídico : 8495 - CE ALIETE MYRNA BARRETO GONDIM

Rep. Jurídico : 10496 - CE MARIA JOSENY LOBO MOREIRA

Rep. Jurídico : 3773 - RN HAROLDO REBOUCAS FERNANDES

Rep. Jurídico : 12620 - CE EDSON SAMPAIO DE CASTRO

Apelado : ABELARDO RIBEIRO DE AZEVEDO

Rep. Jurídico : 6622 - CE WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO

Rep. Jurídico : 9835 - CE JOSE IRALDO BARROSO BASTOS FILHO

Rep. Jurídico : 12674 - CE KARINA MARIA QUARIGUASY PEREIRA VERAS

Rep. Jurídico : 13422 - CE FELIPE MELO ABELLEIRA

Rep. Jurídico : 13841 - CE FERNANDO JOSE BARROSO DE SABOYA

Rep. Jurídico : 13842 - CE JOSE EDUARDO DE MELO VILAR FILHO

Rep. Jurídico : 13843 - CE LEA MAGALHAES BARSÍ

Rep. Jurídico : 13844 - CE ELI MENESES BESSA

ESTAGIÁRIO - NATALIA M. C. RIBEIRO

ESTAGIÁRIO - ANDERSON S. DE ALMEIDA

ESTAGIÁRIO - JOSE O. DE N. RAMOS FILHO

ESTAGIÁRIO - DEMES C. DIOGENES

ESTAGIÁRIO - PAULA S. COLARES

Relator(a): DES. JUCID PEIXOTO DO AMARAL

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 14 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

### **606592-69.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A

Rep. Jurídico : 4644 - CE ELIEZE MOURA BRASIL TEIXEIRA

Apelado : FRANCISCO XIMENES DA FROTA

Rep. Jurídico : 4255 - CE ANTONIO BENEVIDES FILHO

Rep. Jurídico : 10672 - CE FABRICIO ROLAND CARTAXO

Rep. Jurídico : 12392 - CE MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL

Rep. Jurídico : 19450 - CE BRENDA VASCONCELOS COSTA

Relator(a): DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 15 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**38669-10.2005.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ITAU S.A

Rep. Jurídico : 14720 - CE HELIO ALONSO FILHO

Rep. Jurídico : 13121 - CE ERIC GARMES DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 108911 - SP NELSON PASCHOALOTTO

Rep. Jurídico : 8042 - CE SYLVIA CYNARA DOS SANTOS ROCHA PINHO DE CARVALHO

Rep. Jurídico : 17446 - CE JOSIENE NOGUEIRA GAMA

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 15 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**783847-14.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : FRANCISCO STENIO HOLANDA JUNIOR

Rep. Jurídico : 14702 - CE WILLEIA BARBOSA MAGALHAES

Rep. Jurídico : 12546 - CE MONICA MARIA VIEIRA ADERALDO

Apelante : J. VAZ RAMOS COMERCIO

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 15 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**433064-91.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : PRIME PLUS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA

Rep. Jurídico : 12476 - CE JOSE FLAVIO COSTA LIMA NETO

Apelado : CARLOS ALEXANDRE GENTIL PHILOMENO GOMES

Rep. Jurídico : 2331 - CE EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES

Rep. Jurídico : 5588 - CE FRANCISCO XAVIER TORRES

Rep. Jurídico : 6512 - CE EDSON JOSE SAMPAIO CUNHA FILHO

Rep. Jurídico : 6622 - CE WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO

Rep. Jurídico : 7855 - CE HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO

Rep. Jurídico : 8919 - CE KARLA TELES DOS SANTOS

Rep. Jurídico : 9835 - CE JOSE IRALDO BARROSO BASTOS FILHO

Rep. Jurídico : 10588 - CE HELIO WINSTON BARRETO LEITAO

Rep. Jurídico : 10702 - CE MARCIO NE DE MENDONCA FREIRE

Rep. Jurídico : 10915 - CE LAUDEMIR LOPES BACELLAR JUNIOR

Rep. Jurídico : 11214 - CE ANISIA LEITAO AGUIAR

Rep. Jurídico : 12083 - CE RACHEL PHILOMENO GOMES CAVALCANTI

Rep. Jurídico : 12426 - CE ALOISIO CAVALCANTI JUNIOR

Rep. Jurídico : 15321 - CE EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES FILHO

ESTAGIÁRIO - MARIO FERREIRA DE P. TELLES

ESTAGIÁRIO - FERNANDO JOSEB. DE SABOYA

ESTAGIÁRIO - TATIANA FROTA A. DE OLIVEIRA

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 15 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**120495-53.2008.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 6246 - CE JORGE FERRAZ NETO

Rep. Jurídico : 9782 - CE LIVIO ROCHA FERRAZ

Rep. Jurídico : 12943 - CE EMANUEL CATUNDA BRAGA

Rep. Jurídico : 12970 - CE GISELLE FERRAZ DE FARIA

Rep. Jurídico : 12450 - PE ANTONIO BRAZ DA SILVA

Rep. Jurídico : 18871 - CE GUILHERME BORBA PALMEIRA

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 15 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **56160-59.2007.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : FRANCISCO LUZIMAR CAVALCANTE LIMA

Rep. Jurídico : 13643 - CE HERCULES SARAIVA DO AMARAL

Rep. Jurídico : 17062 - CE EGINARDO DE MELO ROLIM FILHO

Apelado : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 13600 - CE SILVANA MENESCAL SARAIVA

Rep. Jurídico : 17148 - CE MELISSA OURIVES VEIGA

Rep. Jurídico : 19232 - CE TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE

Rep. Jurídico : 19500 - CE ANA FLAVIA PANTALENA

Rep. Jurídico : 19635 - CE LUIDY TSUNEHICO GURGEL YAMAWAKI

Rep. Jurídico : 19868 - CE JOAO PAULO ARAUJO FARIAS

Rep. Jurídico : 20233 - CE MONICA DE LIMA MOITA

Rep. Jurídico : 23762 - PE DAVY JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 20643 - CE CARLOS DARIO AGUIAR FREITAS FILHO

Apelado : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

Rep. Jurídico : 6479 - CE FRANCISCO JOSE N. MENESES

Rep. Jurídico : 7865 - CE JOSE LEITE MARTINS NETO

Rep. Jurídico : 16436 - CE JOAO PAULO VIEIRA BEZERRA DE MENEZES

Rep. Jurídico : 16089 - PE LEONARDO MOSER DA SILVA

Apelado : JAYSA - JATAY PEDROSA AUTOMOVEIS LTDA

Rep. Jurídico : 7367 - CE AFRANIO MELO JUNIOR

Rep. Jurídico : 12296 - CE ROSA DO SOCORRO DA CONCEICAO MOREIRA

Relator(a): Des. VERA LÚCIA CORREIA LIMA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 13:45, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **690670-93.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : JOSE ELIAS BRAGA VIEIRA

Rep. Jurídico : 14404 - CE REGIS GONCALVES PINHEIRO

Rep. Jurídico : 15359 - CE JOSE EVERARDO PINHEIRO VIDAL

Rep. Jurídico : 17609 - CE RICARDO GONCALVES PINHEIRO

Apelado : HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE

Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA

Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ

Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES

Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA

Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR

Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES

Rep. Jurídico : 14169 - CE NADJA CAROLINE LIMA DE BARROS ARAUJO

ESTAGIÁRIO - JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA

ESTAGIÁRIO - FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **742450-72.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO  
Rep. Jurídico : 14619 - CE DELANO SERRA COELHO  
Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL  
Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA  
Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ  
Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES  
Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA  
Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR  
Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES  
Rep. Jurídico : 17823 - PE FLAVIA DIONISIA S. CAMPOS  
Apelado : MARIA SHIRLENE DA COSTA VASCONCELOS  
Rep. Jurídico : 5439 - CE ANTONIO LUIZ PAIVA VIANA  
Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **766011-28.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO  
Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL  
Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA  
Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ  
Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES  
Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA  
Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR  
Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES  
Rep. Jurídico : 14169 - CE NADJA CAROLINE LIMA DE BARROS ARAUJO  
Rep. Jurídico : 15365 - CE JOSE GUSTAVO GODOY ALVES  
Rep. Jurídico : 17823 - CE OTAVIANO ALENCAR CUNHA FEITOSA  
Apelado : CLAUDIA VIANA DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 11674 - CE MARIA AUXILIADORA PORTELA COSTA  
Relator(a): Des. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **721291-73.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO  
Rep. Jurídico : 14619 - CE DELANO SERRA COELHO  
Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL  
Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA  
Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES  
Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA  
Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR  
Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES  
Rep. Jurídico : 17823 - PE FLAVIA DIONISIA S. CAMPOS  
Rep. Jurídico : 18478 - CE IURI CHAGAS DE CARVALHO  
Apelado : FALBE CRISTINO DE MENEZES JUNIOR  
DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA  
Relator(a): Des. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**661533-66.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : MARIA ONIZIA MENDES DE ARAUJO

Rep. Jurídico : 14244 - CE TERESA PEREIRA DE SOUSA

Apelado : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 14619 - CE DELANO SERRA COELHO

Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE

Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA

Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ

Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES

Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA

Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR

Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES

Rep. Jurídico : 17823 - PE FLAVIA DIONISIA S. CAMPOS

Relator(a): Des. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**704909-05.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE

Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA

Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ

Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES

Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA

Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR

Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES

Rep. Jurídico : 14169 - CE NADJA CAROLINE LIMA DE BARROS ARAUJO

Apelado : FRANCISCA OLIVEIRA DE SOUZA

Rep. Jurídico : 5455 - CE MARIA JOSE BESERRA

Relator(a): Des. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 16:15, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**28575-06.2005.8.06.0000/0 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 29590 - PR NATALY S. REYS

Rep. Jurídico : 1141 - CE JOSE LUCIANO DE ALMEIDA JACO

Rep. Jurídico : 6352 - CE HELENA CASTELO BRANCO DO BOMFIM

Apelado : JOSE IRANEZIO DE CASTRO SILVA

Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**770739-15.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Rep. Jurídico : 14619 - CE DELANO SERRA COELHO

Rep. Jurídico : 14124 - CE PEDRO ELEUTERIO DE ALBUQUERQUE

Rep. Jurídico : 15329 - CE FABIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL

Rep. Jurídico : 15871 - CE JOAO GABRIEL VERAS BEZERRA

Rep. Jurídico : 7876 - CE MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS DINIZ

Rep. Jurídico : 10523 - CE ROMULO ALEXANDRE SOARES  
Rep. Jurídico : 13230 - CE KELMA CARVALHO DE FARIA  
Rep. Jurídico : 13371 - CE RAUL AMARAL JUNIOR  
Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES  
Apelado : VICENTE PAULO ALMEIDA BASTOS  
Rep. Jurídico : 15334 - CE CARLOS ALBERTO CAMARA DE VASCONCELOS  
Rep. Jurídico : 15335 - CE JACQUELINE DA SILVA BENTO  
Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 20 de julho de 2010, às 16:45, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 21 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **9973-24.2000.8.06.0167/1 - APELAÇÃO**

Apelante : EMPRESA LOIOLA LTDA  
Rep. Jurídico : 6735 - CE EUGENIO PARCELI ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 10783 - CE JOSE NEUDO RODRIGUES  
Apelado : MARIA SOCORRO FONTELES SAMPAIO  
Rep. Jurídico : 15304 - CE ROBERTO ARRUDA CAVALCANTE  
Rep. Jurídico : 15549 - CE KELSON ARAUJO ALBUQUERQUE  
Relator(a): Des. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **93226-39.2008.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A  
Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO  
Rep. Jurídico : 148582 - SP MAURICIO IZZO LOSCO  
Apelado : EDELVAN EVANGELISTA DO MONTE  
Rep. Jurídico : 20283 - CE MARIANA CHAVES CARVALHO  
Rep. Jurídico : 10883 - CE JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS  
Relator(a): Des. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **65163-38.2007.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A  
Rep. Jurídico : 2310 - CE VALMIR PONTES FILHO  
Rep. Jurídico : 6157 - CE MARIA ELIANE FARIAS FREIRE  
Rep. Jurídico : 9818 - CE ROCHELLE AGUIAR KARAM CORDEIRO  
Rep. Jurídico : 10144 - CE RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 12639 - CE FELIPE BARREIRA UCHOA  
Rep. Jurídico : 14325 - CE CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO  
Rep. Jurídico : 14326 - CE CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO  
Rep. Jurídico : 14407 - CE MARCELO MEMORIA DE ARAUJO  
Rep. Jurídico : 15284 - CE TALITA LIMA AMARO  
Rep. Jurídico : 16215 - CE SAVIO CARVALHO CAVALCANTE  
Rep. Jurídico : 16741 - CE AILYN LOPES SANTORO  
Rep. Jurídico : 17802 - CE FRANCISCO FELIPE MACÊDO LIMA  
Rep. Jurídico : 17042 - CE ERICA TORRES PASSOS MARINHO  
Rep. Jurídico : 17666 - CE LILIAN TELES CAMILO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 18505 - CE NESTOR SOUSA FACUNDO  
Rep. Jurídico : 19347 - CE DAVID VERAS BEZERRA  
Rep. Jurídico : 19311 - CE JORDAO PINHEIRO MEDEIROS  
Rep. Jurídico : 196913 - SP RENATA STEIN PEREIRA

Apelado : JOSE SERGIO MARTINS FILHO  
Rep. Jurídico : 10418 - CE ARMANDO PINTO MARTINS  
Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.  
Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.  
Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**661033-97.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S.A  
Rep. Jurídico : 146169 - SP GERSON GARCIA CERVANTES  
Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO  
Apelado : ANTONIO NILDO PEREIRA DE ASSIS  
Rep. Jurídico : 5439 - CE ANTONIO LUIZ PAIVA VIANA  
Rep. Jurídico : 10135 - CE CARLOS ALBERTO DE PAIVA VIANA  
Relator(a): Des. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.  
Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.  
Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**17019-41.2004.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : M.C. MÓVEIS LTDA  
Rep. Jurídico : 5977 - CE BENTO PEREIRA DA SILVA NETO  
Apelado : MARFISA NEVES FUJITA  
Rep. Jurídico : 9801 - CE MARCOS PIMENTEL DE VIVEIROS  
Rep. Jurídico : 10587 - CE GLADSON WESLEY MOTA PEREIRA  
Rep. Jurídico : 12726 - CE ANA MARIA DE CASTRO TAVARES DA COSTA  
Rep. Jurídico : 12778 - CE FABIOLA MAGALHAES VALENTE SANTOS  
Rep. Jurídico : 13460 - CE AMELIA SOARES DA ROCHA  
Rep. Jurídico : 13461 - CE GILMARA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA  
Rep. Jurídico : 13463 - CE JULIANA DE ABREU TEIXEIRA  
Rep. Jurídico : 13830 - CE JANINE DE CARVALHO FERREIRA BRAGA  
Rep. Jurídico : 14172 - CE LINA FIUZA CAMINHA BARBOSA  
Rep. Jurídico : 10569 - CE CHRISTIANE DO VALE LEITAO  
Rep. Jurídico : 14092 - CE SIRLANE FURTADO LEITE  
Rep. Jurídico : 14973 - CE KELEN ALMEIDA OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 15863 - CE ANA CAROLINA RIBEIRO PEIXOTO  
Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.  
Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.  
Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**24118-83.2009.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA  
Rep. Jurídico : 7387 - CE CIRO BARBOSA DOS SANTOS  
Rep. Jurídico : 11964 - CE JUAREZ MORAIS CHAVES  
Rep. Jurídico : 20873 - CE SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE  
Apelado : JULIO CESAR MARTINS FILHO  
Apelado : ANA THEREZA NUNES DE MACEDO COSTA  
Rep. Jurídico : 10444 - CE JOSE ANCHIETA SANTOS SOBREIRA FILHO  
Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 21 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.  
Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**725257-44.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : BANCO PANAMERICANO S/A.

Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO

Rep. Jurídico : 7914 - CE SILVIA DA SILVA NOGUEIRA

Rep. Jurídico : 8097 - CE JOSE CHARLES DO NASCIMENTO

Rep. Jurídico : 8942 - CE JOACI INACIO DE BRITO

Rep. Jurídico : 13755 - CE OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO

Rep. Jurídico : 24696 - PR AFONSO MARIA BUENO

Apelado : RICARDO PORTO MENDONÇA FILHO

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 22 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**20533-02.2004.8.06.0000/0 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : SIDNEY CORREIA MOTA

DEFENSOR PÚBLICO - VICTOR EMANUEL ETEVES

ESTAGIÁRIO - FATIMA ANDRESA DE BRITO MAGALHAES

Apelado : FRANCISCA NOELIA PINHEIRO

Rep. Jurídico : 7706 - CE PETRONISIA MOREIRA DA R.MEDEIROS

Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 22 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**349517-56.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/DR/CE

Rep. Jurídico : 5123 - CE IVANY LEANDRO GURGEL ROCHA

Rep. Jurídico : 6050 - CE OTONIA ESTHER MENESES DE OTONI

Rep. Jurídico : 7879 - CE MARCOS FABIO PIRES LIMA

Rep. Jurídico : 3627 - CE INIMA BRAGA SANCHO

Rep. Jurídico : 15528 - CE MARISA SANFORD SILVEIRA

Rep. Jurídico : 16094 - CE ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA

ESTAGIÁRIO - MARIANA D'AVILA DE PAIVA

ESTAGIÁRIO - MANUELA DA NOBREGA A. PRAXEDES

ESTAGIÁRIO - CASSIANO FROTA OLIVEIRA

ESTAGIÁRIO - ARSENIA PARENTE BRECKENFELD

ESTAGIÁRIO - ROMENIA RAFAELLE PONTE

Apelado : ROSEMARY BEZERRA

DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Relator(a): Des. VERA LÚCIA CORREIA LIMA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 22 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**566968-13.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : MARCIO JOSE NUNES DOS SANTOS

Rep. Jurídico : 2577 - CE FRANKLIN FERNANDES TEIXEIRA

Rep. Jurídico : 2962 - CE PERICLES FERNANDES TEIXEIRA

Rep. Jurídico : 4417 - CE PAULO MARCELO COSTA PONTES

Rep. Jurídico : 5511 - CE TICIANA VITORIANO BENEVIDES DE MAGALHAES

Rep. Jurídico : 6885 - CE JOAO NORBERTO DE CARVALHO  
Rep. Jurídico : 8758 - CE VALDIVIA PINHEIRO FURTADO  
Rep. Jurídico : 10741 - CE EDSON FERNANDES TEIXEIRA  
Rep. Jurídico : 15365 - CE JOSE GUSTAVO GODOY ALVES  
Apelado : LUIS WAGNER LEITE OLIVEIRA  
DEFENSOR PÚBLICO - JEAN BATISTA FREITAS FERREIRA  
Relator(a): Desa. VERA LÚCIA CORREIA LIMA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 22 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **6020-34.2001.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : DANILO FELIZARDO DOS SANTOS  
DEFENSOR PÚBLICO - JOAO RICARDO FRANCO VIEIRA  
Apelado : COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA-COELCE  
Rep. Jurídico : 5864 - CE ANTONIO CLETO GOMES  
Rep. Jurídico : 9864 - CE MOACIR AUGUSTO MEYER DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 11633 - CE SYLVIA VILAR TEIXEIRA BENEVIDES  
Rep. Jurídico : 12073 - CE LINO MARQUES DOS SANTOS CARVALHO  
Rep. Jurídico : 12537 - CE YVILA MARIA PITOMBEIRA COELHO  
Rep. Jurídico : 12538 - CE WILLIANE GOMES PONTES IBIAPINA  
Rep. Jurídico : 12911 - CE KARYNA SARAIVA LEAO GAYA WANDERLEY  
ESTAGIÁRIO - KAMILE CRAVEIRO CUNTO  
ESTAGIÁRIO - ANA CLAUDIA DE CASTRO PIRES  
Relator(a): Desa. VERA LÚCIA CORREIA LIMA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 22 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **3398-45.2002.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : JOSE WELLINGTON NOBRE  
Rep. Jurídico : 1515 - CE MARIA ODELE DE PAULA PESSOA  
Rep. Jurídico : 2628 - CE JUCILIA COSTA DO AMARAL  
Rep. Jurídico : 5060 - CE MARCUS JOSE DE PAULA PESSOA COSTA E SILVA  
Rep. Jurídico : 6606 - CE MARIA JOSE RABELO AMARAL  
Rep. Jurídico : 8263 - CE SANDRA MARIA MATOS ROCHA  
Rep. Jurídico : 10081 - CE CAMILA DOS REIS BARROSO  
Rep. Jurídico : 11976 - CE MONICA MARIA PEREIRA MACHADO  
Rep. Jurídico : 13886 - CE CARLOS EDUARDO LIMA DE ALMEIDA  
ESTAGIÁRIO - MARIA LUCILEIDE VIEIRA  
Apelado : JAIME BATISTA DE FREITAS  
Apelado : MARIA DO CARMO ANDRADE DE FREITAS  
Rep. Jurídico : 10552 - CE ALEXANDRA MARIA PONTES SANCHO  
Rep. Jurídico : 10621 - CE MARIA FREITAS GOMES ROLIM  
Relator(a): Des. FRANCISCO GURGEL HOLANDA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **75153-53.2007.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO SANTANDER S.A.  
Rep. Jurídico : 14694 - CE TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO  
Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO  
Rep. Jurídico : 7914 - CE SILVIA DA SILVA NOGUEIRA  
Rep. Jurídico : 8942 - CE JOACI INACIO DE BRITO  
Rep. Jurídico : 16700 - CE BRUNO MIGUEL COSTA FELISBERTO

Rep. Jurídico : 16569 - CE CINARA MARTINS CASTELO BRANCO CAMURCA  
Rep. Jurídico : 18251 - CE ANDRÉ ANTONIO MARTINS BRASIL  
Rep. Jurídico : 18556 - CE GUILHERME MARINHO SOARES  
Rep. Jurídico : 18744 - CE FÁBIO ARAÚJO DE LIMA  
Rep. Jurídico : 19035 - CE RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO E RODRIGUES  
Apelado : MEIRE LUCIA LIMA DOS SANTOS  
Rep. Jurídico : 9776 - CE JOSE MONTEIRO PRIMO DA PAZ  
Rep. Jurídico : 10024 - CE JOSE ANIBAL DE CARVALHO AZEVEDO  
Rep. Jurídico : 14695 - CE FRANCISCO ARCELIO DE LIMA  
Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **4089-93.2001.8.06.0000/0 - APELAÇÃO**

Apelante : CREDICARD S/A - ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO

Rep. Jurídico : 7303 - CE JAQUELINE KATIA GONCALVES  
Rep. Jurídico : 7356 - CE ANTONIO AIRTON SAMPAIO DE CASTRO  
Rep. Jurídico : 7379 - CE AURY SOUZA SILVA  
Rep. Jurídico : 7380 - CE CINTHYA MARIA FERREIRA DE MORAES  
Rep. Jurídico : 44792 - SP IVAN MARTIN ASSENCIO  
Apelado : CEZARINA POMPEU MARTINS MONTENEGRO  
Rep. Jurídico : 4365 - CE GEORGE MELO ESCOSSIA BARBOSA  
Rep. Jurídico : 6923 - CE SIDNEY GUERRA REGINALDO  
Rep. Jurídico : 9256 - CE JOSE TAVARES BEZERRA JUNIOR  
Relator(a): Des. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **84673-71.2006.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : SANTANDER SEGUROS S.A

Rep. Jurídico : 15156 - CE ERICK DE SARRIUNE CYSNE  
Rep. Jurídico : 16075 - CE FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO  
Rep. Jurídico : 1647 - CE WELTON COELHO CYSNE  
Rep. Jurídico : 9314 - CE CLAUDIA VALENTE MASCARENHAS  
Rep. Jurídico : 13856 - CE WELTON COELHO CYSNE FILHO  
Rep. Jurídico : 1811 - PE VICENTE CAVALCANTE DE GOUVEIA  
Rep. Jurídico : 7489 - PE JOAO HUMBERTO MARTONELLI  
Rep. Jurídico : 17859 - CE CRISTIANE DE BRITO RODRIGUES  
Rep. Jurídico : 18000 - CE DANIELA MARIA COSTA BARBOSA  
Rep. Jurídico : 58706 - RS BENEDITO CARLOS P. DA SILVA  
Rep. Jurídico : 20475 - CE BRENO DE PAULA G. SOUZA  
Rep. Jurídico : 12016 - PB MARIANA DE LIMA FERNANDES GUEDES  
Rep. Jurídico : 20873 - CE SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE  
Apelado : JOAO PEREIRA DA COSTA  
Rep. Jurídico : 13535 - CE MATIAS JOAQUIM COELHO NETO  
Rep. Jurídico : 13899 - CE WINSTON CLAYTON ALVES LIMA  
Rep. Jurídico : 17662 - CE ALEXANDRE ROSA FERNANDES  
Relator(a): Des. MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **116-84.2000.8.06.0156/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO ABN AMRO REAL S/A

Rep. Jurídico : 14665 - CE CELIA LUCIANNI ABREU LUCIO DE MACEDO  
Rep. Jurídico : 14694 - CE TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO  
Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO  
Rep. Jurídico : 7914 - CE SILVIA DA SILVA NOGUEIRA  
Rep. Jurídico : 8097 - CE JOSE CHARLES DO NASCIMENTO  
Rep. Jurídico : 8942 - CE JOACI INACIO DE BRITO  
Rep. Jurídico : 15040 - CE FRANCISCO SARAIVA MAIA NETO  
Rep. Jurídico : 15929 - CE DENISE ALMEIDA DE ANDRADE  
Rep. Jurídico : 16412 - CE BRUNO BARBOSA PINHEIRO  
Rep. Jurídico : 16569 - CE CINARA MARTINS CASTELO BRANCO CAMURCA  
Apelado : ANTONIO FLÁVIO MACIEL DE SOUZA  
Rep. Jurídico : 8805 - CE FRANCISCA KATIA HOLANDA ARAUJO  
Relator(a): DES. FRANCISCO BARBOSA FILHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambé, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **618371-21.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO DO BRASIL S.A

Rep. Jurídico : 14632 - CE LUIZA MARIA DE ARAUJO MESTRES  
Rep. Jurídico : 2575 - CE JOSE HAROLDO LIMA BATISTA  
Rep. Jurídico : 3604 - CE PAULO DOS SANTOS NETO  
Rep. Jurídico : 3648 - CE MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO  
Rep. Jurídico : 4179 - CE RAIMUNDO ERNANDES DE SENA  
Rep. Jurídico : 6005 - CE JOSE DACIO DE MENEZES MOREIRA  
Rep. Jurídico : 6210 - CE WALMAR CARVALHO COSTA  
Rep. Jurídico : 6649 - CE FRANCISCO SIREDSO TAVARES RAMOS  
Rep. Jurídico : 6675 - CE ADAIL COLARES TAVORA  
Rep. Jurídico : 7013 - CE FRANCISCO JOSE GOMES DA SILVA  
Rep. Jurídico : 7588 - CE WALTER CORREIA LIMA FILHO  
Rep. Jurídico : 8143 - CE JORGE ALBERTO CARVALHO MOTA  
Rep. Jurídico : 8151 - CE JOSE INACIO ROSA BARREIRA  
Rep. Jurídico : 8481 - CE JOSE TAVARES MOREIRA  
Rep. Jurídico : 8908 - CE RAFAEL ANGELO LOT JUNIOR  
Rep. Jurídico : 9453 - CE FRANCISCO DAS CHAGAS FEITOSA  
Rep. Jurídico : 9496 - CE FRANCISCA OLIVIA BEZERRA MENDES GOMES  
Rep. Jurídico : 9668 - CE MARIA SOCORRO DE OLIVEIRA E SILVA  
Rep. Jurídico : 12384 - CE MIGUEL DE CASTRO NETO  
Rep. Jurídico : 3522 - CE MIGUEL GONCALVES PINHEIRO BRASIL NETO  
Rep. Jurídico : 11734 - CE LUCIO FLAVIO FERREIRA PIMENTEL  
Rep. Jurídico : 12803 - CE MILENE FERNANDES DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 14485 - CE ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE LIMA  
ESTAGIÁRIO - ALICE MARIA DA SILVA  
ESTAGIÁRIO - ALINE ESTHER VASCONCELOS ESTEVÃO  
ESTAGIÁRIO - THYCIANI CABÓ DIÓGENES  
ESTAGIÁRIO - RENATO ESMERALDO PAES  
ESTAGIÁRIO - ALINE PAULO SILVÉRIO DE SOUSA  
ESTAGIÁRIO - ALLAN XENOFONTE DE BRITO  
ESTAGIÁRIO - BRUNO MARQUES DE LACERDA FONTENELLE  
ESTAGIÁRIO - EMANOELLY CORREIA SOARES  
ESTAGIÁRIO - EUGÊNIO DE CASTRO VIEIRA  
ESTAGIÁRIO - EVA NARA GOMES DE BRITO LIMA  
ESTAGIÁRIO - FÁBIO BENEVIDES DE CASTRO  
ESTAGIÁRIO - ISMAEL MATTOS CARDOSO  
ESTAGIÁRIO - IZABELE FALCÃO DE ALBUQUERQUE  
ESTAGIÁRIO - JOSÉ FERNANDES VIEIRA JÚNIOR  
ESTAGIÁRIO - JULIANA SOMBRA PEIXOTO  
ESTAGIÁRIO - LANA PINHEIRO BEZERRA  
ESTAGIÁRIO - LUIS OTÁVIO FRANCO MARTINS  
ESTAGIÁRIO - MONALISA BEZERRA HOLANDA  
ESTAGIÁRIO - NÍLVIA MANO ARAGÃO  
ESTAGIÁRIO - PATRÍCIA FARIAS PONTES  
ESTAGIÁRIO - PAULO MOREIRA NEVES PEREIRA  
ESTAGIÁRIO - PAULO ROBERTO FONTENELE MAIA  
ESTAGIÁRIO - RAFAELA SOARES FERNANDES  
ESTAGIÁRIO - RAQUEL CARVALHO CAMPOS  
Apelado : JOSE OCELO PEREIRA DA SILVA  
Rep. Jurídico : 11252 - CE FABIOLA MARIA S. DE CARVALHO

Rep. Jurídico : 12037 - CE PAULO SOUSA CASTELO

Rep. Jurídico : 99056 - RJ HENRIQUE COUTO

Relator(a): DES. FRANCISCO BARBOSA FILHO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 27 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **63594-70.2005.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : CREDICARD S.A - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO

Rep. Jurídico : 14448 - CE LEONARDO LOPES MARTINS DA COSTA

Rep. Jurídico : 7356 - CE ANTONIO AIRTON SAMPAIO DE CASTRO

Rep. Jurídico : 7379 - CE AURY SOUZA SILVA

Rep. Jurídico : 7380 - CE CINTHYA MARIA FERREIRA DE MORAES

Rep. Jurídico : 8495 - CE ALIETE MYRNA BARRETO GONDIM

Rep. Jurídico : 10496 - CE MARIA JOSENY LOBO MOREIRA

Rep. Jurídico : 12620 - CE EDSON SAMPAIO DE CASTRO

Rep. Jurídico : 15983 - CE GEORGE VASCONCELOS BEZERRA ALVES

Apelado : MARIA DO SOCORRO FREITAS DA MOTA

Rep. Jurídico : 14833 - CE FABIO NOGUEIRA ROCHA

Relator(a): Des. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **625520-68.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO GENERAL MOTORS S.A

Rep. Jurídico : 2019 - CE PEDRO MELO LIMA

Apelado : ANTONIO TOUSINHO CAMARA

Rep. Jurídico : 15358 - CE MARCOS VENICIUS MATOS DUARTE

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **446064-61.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : GM LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Rep. Jurídico : 8320 - CE FERNANDO SCIASCIA CRUZ

Rep. Jurídico : 23473 - SP MARCOS GUASTELLA

Rep. Jurídico : 13650 - CE ANA CLAUDIA MADEIRO FACANHA

Apelado : JOSE AIRTON RODRIGUES DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico : 9976 - CE LIVIO CAVALCANTE DE ARRUDA NETO

Relator(a): DES. FRANCISCO AURICÉLIO PONTES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **350-63.2000.8.06.0157/1 - APELAÇÃO**

Apelante : JOÃO IVAN REGO PONTES

Rep. Jurídico : 6105 - CE JOAO REGIS PONTES REGO

Rep. Jurídico : 15610 - CE LUIZ RONALDO PEREIRA RIBEIRO JUNIOR

Apelado : CONSÓRCIO NACIONAL GM LTDA  
Rep. Jurídico : 14073 - CE HELAINE CRISTINA PINHEIRO FERNANDES  
Rep. Jurídico : 1870 - CE MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO  
Rep. Jurídico : 10952 - CE ROSEANY ARAUJO VIANA  
Rep. Jurídico : 12899 - CE VANESSA LOURINHO PINHEIRO  
Rep. Jurídico : 14214 - CE ANTONIO GILBERTO PIGHINELLI JUNIOR  
Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **547882-56.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : CREDICARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO  
Rep. Jurídico : 14448 - CE LEONARDO LOPES MARTINS DA COSTA  
Rep. Jurídico : 7356 - CE ANTONIO AIRTON SAMPAIO DE CASTRO  
Rep. Jurídico : 8495 - CE ALIETE MYRNA BARRETO GONDIM  
Rep. Jurídico : 10496 - CE MARIA JOSENY LOBO MOREIRA  
Rep. Jurídico : 12620 - CE EDSON SAMPAIO DE CASTRO  
Rep. Jurídico : 15983 - CE GEORGE VASCONCELOS BEZERRA ALVES  
Apelado : FRANCISCA RODRIGUES CABRAL  
Apelado : HERTON FERREIRA CABRAL  
Rep. Jurídico : 5796 - CE JOSEMAR VIANA AGUIAR  
Rep. Jurídico : 14240 - CE CARLOS ALBERTO SALDANHA FONTENELE JUNIOR  
Rep. Jurídico : 13794 - CE MANOEL AUTRAN DO NASCIMENTO  
Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **751449-14.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO PANAMERICANO S/A.  
Rep. Jurídico : 3432 - CE RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO  
Rep. Jurídico : 7914 - CE SILVIA DA SILVA NOGUEIRA  
Rep. Jurídico : 8097 - CE JOSE CHARLES DO NASCIMENTO  
Rep. Jurídico : 8942 - CE JOACI INACIO DE BRITO  
Rep. Jurídico : 204570 - SP AFONSO BUENO  
Apelado : BENEDIMAR BARBOSA DE AMORIM JUNIOR  
Rep. Jurídico : 4644 - CE ELIEZE MOURA BRASIL TEIXEIRA  
Relator(a): Des. MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 28 de julho de 2010, às 16:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **760280-51.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : AGILBERTO TAVARES  
DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ  
Apelado : RAIMUNDO EDILSON DE LIMA  
Rep. Jurídico : 29201 - RJ ANTONIO FONTELES  
Relator(a): Des. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 29 de julho de 2010, às 14h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**57092-18.2005.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : EXPRESSO GUANABARA S/A  
Rep. Jurídico : 14439 - CE SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO  
Rep. Jurídico : 14413 - CE RODRIGO GUIMARAES PINTO NOGUEIRA  
Rep. Jurídico : 14403 - CE RAFAEL FREIRE DE ARRUDA  
Rep. Jurídico : 5864 - CE ANTONIO CLETO GOMES  
Rep. Jurídico : 9864 - CE MOACIR AUGUSTO MEYER DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 11633 - CE SYLVIA VILAR TEIXEIRA BENEVIDES  
Rep. Jurídico : 12538 - CE WILLIANE GOMES PONTES IBIAPINA  
Rep. Jurídico : 13094 - CE FULVIO EMERSON GONCALVES CAVALCANTE  
Rep. Jurídico : 13811 - CE ANA CLAUDIA DE CASTRO PIRES  
Rep. Jurídico : 13910 - CE KAMILLE CRAVEIRO CUNTO DE ALBUQUERQUE  
Rep. Jurídico : 12722 - CE ALINE MARIA FERNANDES DE ALBUQUERQUE BEZERRA  
Rep. Jurídico : 14502 - CE FRANCISCO FIRMO BARRETO DE ARAUJO  
Rep. Jurídico : 14948 - CE HELANZIA DE ARAUJO XAVIER WICHMANN  
Rep. Jurídico : 15373 - CE EVELINE PEREIRA DE QUEIROZ  
Rep. Jurídico : 15512 - CE FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
Rep. Jurídico : 15566 - CE DANIELE JUCA SILVEIRA  
Rep. Jurídico : 15955 - CE ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO  
Rep. Jurídico : 16431 - CE LIVIA LOPES PINHEIRO  
Rep. Jurídico : 16421 - CE RENINA PAULA RIBEIRO MAYNARD ARAUJO  
Rep. Jurídico : 16508 - CE HELCIO ALVES DE VASCONCELOS  
Rep. Jurídico : 18130 - CE THIAGO LINS COELHO FONTELES  
ESTAGIÁRIO - EDESIO DO NASCIMENTO PITOMBEIRA FILHO  
ESTAGIÁRIO - JOSE VALTER DE ARAUJO  
ESTAGIÁRIO - REBECA SOUSA FERRAZ  
ESTAGIÁRIO - FELIPE CORREIA MELO  
Apelado : JOSE EXPEDITO FERREIRA BELEM  
DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL  
Relator(a): Des. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 29 de julho de 2010, às 14:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**706840-43.2000.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : BANCO FIAT S/A  
Apelado : BANCO FIAT S/A  
Rep. Jurídico : 1870 - CE MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO  
Rep. Jurídico : 10952 - CE ROSEANY ARAUJO VIANA  
Rep. Jurídico : 14214 - CE ANTONIO GILBERTO PIGHINELLI JUNIOR  
Rep. Jurídico : 19620 - CE RICARDO DAMASCENO DE PONTES MEDEIROS  
Apelante : FRANCISCO NATALINO DA COSTA  
Apelado : FRANCISCO NATALINO DA COSTA  
DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL  
Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 29 de julho de 2010, às 15h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho  
Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

**5194-29.2006.8.06.0001/1 - APELAÇÃO**

Apelante : FRANCISCO ANTONIO GONCALVES DE SOUSA  
DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ  
Apelado : HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO  
Rep. Jurídico : 14533 - CE GUSTAVO BRASIL DE ARRUDA  
Rep. Jurídico : 14241 - CE GIULIANO PIMENTEL FERNANDES  
Rep. Jurídico : 15261 - CE PEDRO LUIS BEZERRA BENEVIDES  
Rep. Jurídico : 15332 - CE JOAO EUDES VITAL DE ARAUJO CAVALCANTE  
Rep. Jurídico : 16654 - CE FAHAD RAMDE OTOCH UCHOA  
Rep. Jurídico : 17637 - CE CINTIA MARIA DA SILVA

Rep. Jurídico : 18385 - CE CAROLINA ROCHA CARNEIRO  
Rep. Jurídico : 18831 - CE TIAGO JOSE SOARES FELIPE  
Rep. Jurídico : 18779 - CE LUCAS VALE MENESCAL  
Rep. Jurídico : 19016 - CE BRUNO DE ALMEIDA PINHEIRO LIMA  
Rep. Jurídico : 19328 - CE MARIA ISABEL AGUIAR PESSOA DE BARROS  
Rep. Jurídico : 27364 - PE LUCIANA BATISTA DE OLIVEIRA  
Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 29 de julho de 2010, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

#### **44587-24.2007.8.06.0001/1 - APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante : MARIA LIREDA REGIS DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 11911 - CE ANDRE LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA  
Apelado : HSBC BANK BRASIL S/A  
Rep. Jurídico : 17148 - CE MELISSA OURIVES VEIGA  
Relator(a): Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO

**Despacho:** Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 29 de julho de 2010, às 16h, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de junho de 2010.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

## **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Processo Administrativo nº. 0107-000.304-4

Reclamante: CARLOS ALBERTO COELHO

Infratores: EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA

1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Procedimento Administrativo instaurado por este Órgão ante reclamação do Sr. Carlos Alberto Coelho, sob alegativa que firmou um contrato com a reclamada Três Comércio de Publicações Ltda, referente ao fornecimento de três revistas (duas semanais e uma mensal). Afirma que, somente no primeiro mês de vigência do contrato, houve o fornecimento correto das duas revistas semanais, alegando o consumidor só ter recebido o primeiro exemplar da revista mensal no mês de março de 2007, uma vez que o contrato foi firmado no dia 20/10/2006. Afirma que, a partir do segundo mês de vigência do contrato, deixou de receber os exemplares das duas revistas semanais, passando estas a serem fornecidas apenas de maneira esporádica. Informou que considera estes fatos uma quebra de contrato e de oferta por parte da empresa reclamada, já que continua pagando corretamente as mensalidades da assinatura, que são lançadas todos os meses em seu cartão de crédito (Ourocard - Banco do Brasil), sem a contra-prestação correta por parte da empresa. Afirma ainda que, na fatura do seu cartão de crédito com vencimento no mês de abril de 2007, foi lançada, além das mensalidades que o reclamante vinha pagando a empresa, pelo contrato assinado, uma nova mensalidade que, segundo a empresa reclamada, trata-se de uma renovação do contrato de assinatura de uma das revistas semanais, que o reclamante afirma não ter autorizado. Razão pela qual, requereu o o consumidor, o cancelamento do contrato firmado com a empresa reclamada e a devolução de todos os valores pagos a partir da segunda mensalidade.

O reclamante promoveu a juntada do contrato (fls. 08) e dos pagamentos (fls. 11/17), confirmando o alegado, tendo reafirmado seu pleito na audiência ocorrida em 13.06.2007 às 08:45 horas (fls. 25). No entanto, a demandada EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA, mesmo devidamente notificada (fls. 23), não compareceu a audiência realizada no setor de conciliação. Recusando-se a atender o pleito autoral, apesar de o consumidor está amparado pelo disposto nos artigos 4º, I; 6º, III e IV; 30; 35, III; 39, II do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Pela demandada OUROCARD – BANCO DO BRASIL, foi dito na audiência que o Banco é mero mandatário na relação do reclamante com a Editora Três, ou seja, foi apenas o meio de pagamento escolhido entre as partes, requerendo a exclusão do pólo passivo. Informou ainda que, conforme ocorrência aberta pelo reclamante, os valores referentes a renovação contestada foram estornados na fatura de junho, mas estão sob análise, podendo vir a ser recobradas.

É o Relatório em síntese.

2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípuo de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seus representantes legais ao final assinados:

A priori, vale ressaltar que foi garantido a reclamada, já que esta foi devidamente notificada de todos os atos processuais, o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme prevê o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, in verbis:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifei)

(...)”

Ficou constatada a revelia do reclamado, mostrando-se em todo o curso do processo, nos moldes do contraditório e ampla defesa, para que este se manifestasse acerca das alegações que foram lhe imputadas.

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 39 da referida lei considera inadmissível certas práticas, enumerando um rol taxativo que VEDA todo e qualquer procedimento por parte dos fornecedores de serviços que ofenda a relação de consumo e vulnerabilize de forma desproporcional o consumidor. Latu sensu, prática abusiva são condições irregulares atentatórias da relação em questão, as quais ofendem os alicerces da ordem jurídica tanto pela lógica da ordem pública quanto pelos bons costumes.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Acerca da consideração da vulnerabilidade nos esclarece Antônio Herman V. Benjamin ao prefaciar o livro de Paulo Valério Dal Pai Moraes:

“O princípio da vulnerabilidade representa a peça fundamental no mosaico jurídico que denominamos Direito do Consumidor. É lícito até dizer que a vulnerabilidade é o ponto de partida de toda a Teoria Geral dessa nova disciplina jurídica (...) A compreensão do princípio, assim, é pressuposto para o correto conhecimento do Direito do consumidor e para a aplicação da lei, de qualquer lei, que se ponha a salvaguardar o consumidor”. MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. Porto Alegre: Síntese, 1999.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O CDC está baseado no princípio da boa-fé e o fornecedor fica obrigado a atender à legítima expectativa de seu público, adotando a lealdade e a honestidade em suas condutas. Não obstante, o artigo 6º, elenca o rol dos direitos básicos do consumidor, faz menção aos incisos IV e VI, *ipsis litteris*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

No ato da contratação a demandada garantiu que o consumidor receberia devidamente os produtos. O art. 30 do CDC, deixa claro que toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Acerca da transparência e fase pré-contratual, destaca Cláudia Lima Marque et. al. (2004, p. 408):

O princípio da transparência rege o momento pré-contratual, rege a eventual conclusão do contrato. É mais do que um simples elemento formal, afeta a essência do negócio, pois a informação repassada ou requerida integra o conteúdo do contrato (arts. 30, 33, 35, 46 e 54), ou, se falha, representa a falha na qualidade do produto ou serviço oferecido (arts. 18, 20 e 35). Tal princípio concretiza a idéia de reequilíbrio de forças nas relações de consumo, em especial na conclusão de contratos de consumo, imposto pelo CDC como forma de alcançar a almejada justiça contratual. MARQUES, Cláudia Lima et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

De acordo com o art. 35 do CDC, se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

[...]

III – rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada;

Rizzatto Nunes na obra Curso de Direito do Consumidor (2004, p. 292-293) preleciona acerca da vinculação da oferta: “Terminando a proposição, tem-se o aspecto fundamental da obrigatoriedade da oferta, que irá integrar o contrato: ‘obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado’. É o fenômeno da vinculação. Oferecida a mensagem, fica o fornecedor a ela vinculado, podendo o consumidor exigir o seu cumprimento forçoso nos termos do art. 35. Se o fornecedor quiser voltar atrás na oferta, não poderá fazê-lo, até porque, como de resto decorre da estrutura do CDC, a oferta tem caráter objetivo. Feita a própria mensagem que a veicula é elemento comprobatório de sua existência e veiculação”.

À teor do art. 39 do CDC, é de suma importância ressaltar que em uma relação de consumo, é vedado ao fornecedor proceder com uma série de práticas abusivas que obstaculizam o livre-arbítrio do lado hipossuficiente da relação, que no caso é o consumidor. O caso em tela pressupõe duas das práticas elencadas no artigo, tais como:

[...]

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

O consumidor, como se observa nos autos, optou pelo cancelamento do contrato. A reclamada, apesar de ciente da novidade de tais práticas, nada fez para solucionar o problema. Muito pelo contrário nem compareceu a audiência marcada no setor de conciliação. O fato é que houve uma infringência visível ao CDC e como tal, o fornecedor encontra-se passível de sanção. Decisões judiciais corroboram com esse entendimento:

CONSUMIDOR – RECURSO ESPECIAL – PUBLICIDADE – OFERTA – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO – OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR. O CDC dispõe que toda informação ou publicidade, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, desde que suficientemente precisa e efetivamente conhecida pelos consumidores a que é destinada, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, bem como integra o contrato que vier

a ser celebrado. Constatado pelo Eg. Tribunal a quo que o fornecedor, através de publicidade amplamente divulgada, garantiu a entrega de veículo objeto de contrato de compra e venda firmado entre o consumidor e uma de suas concessionárias, submeteu-se ao cumprimento da obrigação nos exatos da oferta apresentada. Diante da declaração de falência da concessionária, a responsabilidade pela informação ou publicidade divulgada recai integralmente sobre a empresa fornecedora (STJ – 3.ª T. - Resp 363939/MG – rel. Min. Fátima Nancy Andrihgi – j. 04.06.2002).

### 3 – DA DOSIMETRIA DA PENA

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interditadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Para mensurar o quantum, levamos em consideração, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme dispõe o artigo 28 do mesmo decreto, a gravidade da prática infrativa, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato infrativo e a condição econômica do infrator, respeitados os parâmetros estabelecidos no parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990.

No caso exarado, fica evidenciado que são aplicadas as agravantes dos incisos II e IV referentes ao artigo 26 do Decreto 2.181/97. Entretanto, não é aplicada qualquer atenuante já que a reclamada em momento nenhum se mostrou solícita em atender os apelos da reclamante, e, ter o infrator, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas

AO EXPOSTO, variando a sanção de multa entre 200 UFIRCE a 3.000.000 de UFIRCE, decido cominar a reclamada sanção pecuniária no valor de 6.000 (seis mil) UFIRCES, por infração aos arts. 4º, I; 6º, III e IV; 30; 35, III; 39, II do Código de Defesa do Consumidor (CDC), com fulcro no que dispõe o art. 56, inciso I, c/c o art. 57, § único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Agência 919 – Aldeota, c/c nº 23.291-8 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o autuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a devida baixa no sistema.

Caso a empresa autuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subsequente cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intime-se a infratora e seus respectivos advogados.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 10 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares

Promotor de Justiça

Secretário-Executivo

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº. 0107-000.847-0

Reclamante: MARIA DO SOCORRO DA SILVA RAMALHO

Infratores: BERGSON VEÍCULOS

### 1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Procedimento Administrativo instaurado por este Órgão ante reclamação da Sra. Maria do Socorro da Silva Ramalho, sob alegativa que em 06/05/2006 adquiriu na revenda promovida, um veículo Fiat Uno Eletrônico, e até a presente data o veículo não foi transferido para seu nome. Informou que entrou em contato com a financeira Banco Santander, sendo informado que o problema teria que ser resolvido junto a revenda; porém, a revenda afirmou que a transferência fora extraviada por um despachante, tendo o dito despachante solicitado junto ao DETRAN/CE a segunda via do documento. Em razão do problema persistir e já que não utiliza o veículo há mais de um mês por não conseguir o licenciamento do mesmo, requer o cancelamento do contrato com a restituição da quantia paga, corrigida monetariamente.

O reclamante promoveu a juntada da documentação que confirma sua demanda (fls. 11/12), confirmando o alegado, tendo reafirmado seu pleito na audiência ocorrida em 11.06.2007 às 09:00 horas (fls. 15). No entanto, a demandada BERGSON VEÍCULOS, recusou-se a atender o pleito autoral, apesar de estar o consumidor amparado pelo disposto nos artigos 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V do Código de Defesa do Consumidor

A demandada BERGSON VEÍCULOS, não anexou manifestação escrita aos autos, e, na audiência realizada no setor de conciliação, informou que para completar a transferência, a consumidora deverá entregar o carro para que seja feita a vistoria, porém, a consumidora não aceitou a proposta, uma vez que não possui mais interesse em continuar com o bem, ratificando que requer o cancelamento da compra.

É o Relatório em síntese.

### 2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípuo de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seus representante legal ao final assinado:

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 39 da referida lei considera inadmissível certas práticas, enumerando um rol taxativo que VEDA todo e qualquer procedimento por parte dos fornecedores de serviços que ofenda a relação de consumo e vulnerabilize de forma desproporcional o consumidor. Lato sensu, prática abusiva são condições irregulares atentatórias da relação em questão, as quais ofendem os alicerces da ordem jurídica tanto pela lógica da ordem pública quanto pelos bons costumes.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Acerca da consideração da vulnerabilidade nos esclarece Antônio Herman V. Benjamin ao prefaciar o livro de Paulo Valério Dal Pai Moraes:

“O princípio da vulnerabilidade representa a peça fundamental no mosaico jurídico que denominamos Direito do Consumidor. É lícito até dizer que a vulnerabilidade é o ponto de partida de toda a Teoria Geral dessa nova disciplina jurídica (...) A compreensão do princípio, assim, é pressuposto para o correto conhecimento do Direito do consumidor e para a aplicação da lei, de qualquer lei, que se ponha a salvaguardar o consumidor”. MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. Porto Alegre: Síntese, 1999.

Como pode observar o consumidor é vulnerável na relação consumerista. Por esta razão, segundo o autor Segundo Hélio Zaghatto Gama (2004, p. 45), o consumidor é vulnerável por ser parte mais fraca nas relações de consumo. Por isso tem ele direito à boa informação sobre produtos e serviços que recebe e quanto aos contratos que assina. Entende-se ainda por vulnerabilidade técnica, o fato de o consumidor não possuir conhecimentos específicos sobre os produtos e/ou serviços que está adquirindo, ficando sujeito aos imperativos do mercado, tendo como único aparato a confiança na boa-fé da outra parte.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O CDC está baseado no princípio da boa-fé e o fornecedor fica obrigado a atender à legítima expectativa de seu público, adotando a lealdade e a honestidade em suas condutas. Não obstante, o artigo 6º, elenca o rol dos direitos básicos do consumidor, faz menção aos incisos IV e VI, *ipsis litteris*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Segundo o art. 14 do CDC, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos:

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – modo de seu fornecimento;

Os serviços, de outro lado, são considerados impróprios quando se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como quando não atendem às normas regulamentadas de prestabilidade. Se o serviço for inadequado, pode o consumidor exigir, alternativamente, a reexecução do serviço, a devolução imediata dos valores pagos ou o abatimento proporcional do preço, além de eventuais perdas e danos.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

À teor do art. 39 do CDC, é de suma importância ressaltar que em uma relação de consumo, é vedado ao fornecedor proceder com uma série de práticas abusivas que obstaculizam o livre-arbítrio do lado hipossuficiente da relação, que no caso é o consumidor. O caso em tela pressupõe duas das práticas elencadas no artigo, tais como:

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

O consumidor, como se observa nos autos, optou pela cancelamento da compra, uma vez que o serviço não foi prestado devidamente. A reclamada, apesar de ciente da nocividade de tais práticas, nada fez para solucionar o problema. Muito pelo contrário tentou impor uma condição de acordo, quando o código diz que a opção é do consumidor. Decisões judiciais corroboram com este entendimento:

Não desempenhado satisfatoriamente a empresa os serviços contratados, obrigando a parte a corrigir os defeitos constatados em seu apartamento, nada pode exigir como retribuição dos trabalhos que se comprometeu a realizar e o fez de forma insuficiente, acarretando prejuízos. Aplica-se o disposto no art. 18º, § 1º, II, da Lei 8.078/90, que assegura à parte lesada a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. O julgamento de improcedência da ação ordinária de cobrança até beneficiou a empresa autora, pois não obrigou à devolução das quantias recebidas, apenas considerou como satisfatórios os pagamentos já feitos, em face dos prejuízos suportados pela parte que contratou os serviços. Sentença confirmada (TJRS – 8.ª Câmara – ApCiv 59807986 – rel. Des. Antônio Carlos Stangler Pereira – j. 18.05.2000).

3 – DA DOSIMETRIA DA PENA

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interditadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Para mensurar o quantum, levamos em consideração, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme dispõe o artigo 28 do mesmo decreto, a gravidade da prática infrativa, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato infrativo e a condição econômica do infrator, respeitados os parâmetros estabelecidos no parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990.

No caso exarado, fica evidenciado que são aplicadas as agravantes dos incisos II, e IV referentes ao artigo 26 do Decreto 2.181/97. Entretanto, não é aplicada qualquer atenuante já que a reclamada em momento nenhum se mostrou solícita em atender os apelos da reclamante.

AO EXPOSTO, variando a sanção de multa entre 200 UFIRCE a 3.000.000 de UFIRCE, decido cominar a reclamada sanção pecuniária no valor de 10.000 (dez mil), por infração aos arts. 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V da Lei nº 8.078/90, com fulcro no que dispõe o art.56, inciso I, c/c o art.57,§ único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada BERGSON VEÍCULOS para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Agência 919 – Aldeota, c/c nº 23.291-8 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o autuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a devida baixa no sistema.

Caso a empresa autuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subseqüente cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intime-se a infratora desta decisão administrativa.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 09 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares

Promotor de Justiça

Secretário-Executivo

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo n. 0107-001.290-9

Reclamante: DEBORAH DOS SANTOS SARAIVA

Infratores: COMERCIAL IMPORTADORA BRENAS LTDA

#### 1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de procedimento administrativo instaurado por este órgão ante reclamação da Sra. Déborah dos Santos Saraiva, sob a alegativa de ter adquirido um par de lentes Toricas Anual, no valor de R\$ 380,00, na Loja Brenas Jóia. Ocorre que, após quatro meses de uso, apresentou problemas que tornou inviável seu uso, vindo a irritar seus olhos. Alega ter procurado a loja que vendeu o produto, sendo informada que provavelmente seria mal uso. Salienta ainda a reclamante, não ter sido orientada quanto ao uso adequado do produto, não tendo recebido manual de instruções no ato da compra. Razão pela qual, requereu a restituição do valor pago corrigido pelo produto ou a troca do produto por um novo.

A reclamante promoveu a juntada do recibo (fls. 09), confirmando o alegado, reafirmando seu pleito na audiência ocorrida em 26/06/2007 (fls. 10). No entanto, a demandada, na citada audiência, recusaram-se a atender o pleito autoral, apesar de o consumidor estar amparado pelo disposto nos arts. 4, I; 6, IV; 18, § 1º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Pela demandada COMERCIAL IMPORTADORA BRENAS LTDA, anexou defesa escrita aos autos (fls. 11/14), não oferecendo nenhuma proposta na citada audiência, sob alegativa de que foi mau uso do produto pela reclamante.

É o Relatório em síntese.

#### 2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípua de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seu representante legal ao final assinado:

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Os artigos 18 e 19 da referida lei consideram inadmissíveis os vícios que tornam o produto impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina ou lhe diminuem o valor, assim como aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes de recipiente, embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária,

respeitadas as variações decorrentes de sua natureza. Vício é todo defeito (oculto ou aparente) que frustra as expectativas geradas no consumidor pelo fornecedor ou pelo senso comum.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O art. 6º do CDC deixa claro que é direito básico do consumidor:

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Em caso de vício do produto, é possível afirmar que podem exigir a reparação devida, estando então legitimados concorrentemente, tanto o adquirente, ou seja, aquele que comprou o produto, como aquele que embora não o tenha comprado o estivesse usando como destinatário final, exceto se em função de outra relação de consumo, quando então o primeiro adquirente não seria consumidor. Isto significa que a pretensão do consumidor em relação à substituição do produto, a devolução do valor pago ou abatimento proporcional do preço, pode ser dirigida tanto ao comerciante, como ao fabricante ou a qualquer outro fornecedor intermediário que tenha participação da cadeia de produção e circulação do bem.

A teor do art. 18 do CDC, indica a existência de três vícios: 1) vício que torne o produto impróprio ao consumo; 2) vício que lhe diminua o valor e 3) vício decorrente da disparidade das características dos produtos com aquelas veiculadas na oferta e publicidade. Se o produto apresenta algum vício de qualidade, o consumidor tem o direito de exigir dos fornecedores (que respondem solidariamente) a substituição das partes viciadas, ou mesmo uma das três alternativas abaixo:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

A consumidor, como se observa nos autos, optou pela restituição dos valores pagos corrigido monetariamente ou a troca do produto. A reclamada, todavia, apesar de cientes do problema na lente da consumidora, assim como, da sua solidariedade pelo vício de qualidade que tornam o funcionamento do produto impróprio previsto pelo Código de Defesa do Consumidor, nada fez para solucionar o problema. Ao contrário, apenas informou que o problema na lente da consumidora se deu devido a mau uso, entretanto não juntou nenhum comprovante para confirmar tal alegativa. O fato é que houve uma infringência visível ao CDC e como tal, os fornecedores encontram-se passíveis de sanção. Decisões judiciais corroboram com este entendimento:

**APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. VÍCIO DE PRODUTO. NOTEBOOK. RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA. POSSIBILIDADE.**

1. **RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR VÍCIO DE PRODUTO.** Uma vez constatado o vício no produto o consumidor tem o direito de exigir do fornecedor o saneamento do problema, cuja responsabilidade, nestes casos, é solidária entre todos os integrantes da cadeia de fornecedores, desde o fabricante até o comerciante, nos termos do art. 18, do CDC.

2. **RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA.** Comprovada a existência de vício no produto, bem como as infrutíferas tentativas de saná-lo, é devida a restituição da quantia paga pelo consumidor, conforme lhe faculta o disposto no artigo 18, § 1º, II, do CDC.

**DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.** - Apelação Cível Nº 70025470097, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Odone Sanguiné, Julgado em 18/02/2009

3 – **DA DOSIMETRIA DA PENA**

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo. Entretanto, a infratora não possui circunstâncias atenuantes a seu favor.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interditadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Assim, aplica-se à **COMERCIAL IMPORTADORA BRENAS LTDA** a agravante prevista nos incisos II e IV do referido Decreto, uma vez que deixou, mesmo tendo conhecimento do ato lesivo, de evitar ou mitigar suas consequências.

**AO EXPOSTO**, decido cominar a pessoa jurídica reclamada sanção pecuniária no valor de 865 (oitocentos e sessenta e cinco) UFIRCES, por infração aos arts. 4, I; 6, IV; 18, § 1º, inciso II da Lei nº 8078/90, com fulcro no que dispõe o art. 56, inciso I c/c o art. 57, § único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Caixa Econômica Federal, Agência 919- Aldeota, c/c nº 23.291-8 (operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o atuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a devida baixa no sistema.

Caso a empresa atuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subseqüente cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, art. 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intimem-se a infratora e seus respectivos advogados.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.  
Fortaleza, 16 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares  
Promotor de Justiça  
Secretário-Executivo

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº. 0107-001.398-7

Reclamante: CEQUIMICA LTDA

Infratores: CESAR GIOVANI SILVA REIS ME

#### 1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Procedimento Administrativo instaurado por este Órgão ante reclamação de CEQUIMICA LTDA, por meio de seu representante legal, sob alegativa que adquiriu, via internet, um projetor infocus X2 SVGA 1600 lumens, tendo efetuado o pagamento, no valor de R\$ 2.380,00, através de depósito de cobrança bancária; porém, mesmo após várias tentativas, o produto não foi entregue. Inclusive, o proprietário da empresa promovida teria informado que aquela falira, comprometendo-se a devolver o dinheiro, o que não ocorreu, requerendo o desfazimento do negócio com a restituição da quantia paga pela aquisição do produto, que não foi entregue. A reclamante informou, ainda, que do valor devido, só foi depositado a quantia de R\$ 795,00 pelo reclamado.

O reclamante reafirmou seu pleito na audiência ocorrida em 19.07.2007 (fls. 13). No entanto, a demandada, mesmo devidamente notificada (fls. 12), não compareceu a audiência realizada no setor de conciliação. Recusando-se a atender o pleito autoral, apesar de o consumidor está amparado pelo disposto nos artigos 4º, I; 6º, III e IV; 30; 35, III; 39, II do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

É o Relatório em síntese.

#### 2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípua de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seus representantes legais ao final assinados:

A priori, vale ressaltar que foi garantido a reclamada, já que esta foi devidamente notificada de todos os atos processuais, o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme prevê o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, in verbis:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifei)

(...)”

Ficou constatada a revelia do reclamado, mostrando-se em todo o curso do processo, nos moldes do contraditório e ampla defesa, para que este se manifestasse acerca das alegações que foram lhe imputadas.

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 39 da referida lei considera inadmissível certas práticas, enumerando um rol taxativo que VEDA todo e qualquer procedimento por parte dos fornecedores de serviços que ofenda a relação de consumo e vulnerabilize de forma desproporcional o consumidor. Lato sensu, prática abusiva são condições irregulares atentatórias da relação em questão, as quais ofendem os alicerces da ordem jurídica tanto pela lógica da ordem pública quanto pelos bons costumes.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Acerca da consideração da vulnerabilidade nos esclarece Antônio Herman V. Benjamin ao prefaciar o livro de Paulo Valério Dal Pai Moraes:

“O princípio da vulnerabilidade representa a peça fundamental no mosaico jurídico que denominamos Direito do Consumidor. É lícito até dizer que a vulnerabilidade é o ponto de partida de toda a Teoria Geral dessa nova disciplina jurídica (...) A compreensão do princípio, assim, é pressuposto para o correto conhecimento do Direito do consumidor e para a aplicação da lei, de qualquer lei, que se ponha a salvaguardar o consumidor”. MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. Porto Alegre: Síntese, 1999.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O CDC está baseado no princípio da boa-fé e o fornecedor fica obrigado a atender à legítima expectativa de seu público, adotando a lealdade e a honestidade em suas condutas. Não obstante, o artigo 6º, elenca o rol dos direitos básicos do consumidor, faz menção aos incisos IV e VI, *ipsis litteris*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

No ato da contratação a demandada garantiu que o consumidor receberia devidamente os produtos. O art. 30 do CDC, deixa claro que toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com

relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Acerca da transparência e fase pré-contratual, destaca Cláudia Lima Marque et. al. (2004, p. 408):

O princípio da transparência rege o momento pré-contratual, rege a eventual conclusão do contrato. É mais do que um simples elemento formal, afeta a essência do negócio, pois a informação repassada ou requerida integra o conteúdo do contrato (arts. 30, 33, 35, 46 e 54), ou, se falha, representa a falha na qualidade do produto ou serviço oferecido (arts. 18, 20 e 35). Tal princípio concretiza a idéia de reequilíbrio de forças nas relações de consumo, em especial na conclusão de contratos de consumo, imposto pelo CDC como forma de alcançar a almejada justiça contratual. MARQUES, Cláudia Lima et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

De acordo com o art. 35 do CDC, se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

[...]

III – rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada;

Rizzatto Nunes na obra Curso de Direito do Consumidor (2004, p. 292-293) preleciona acerca da vinculação da oferta:

“Terminando a proposição, tem-se o aspecto fundamental da obrigatoriedade da oferta, que irá integrar o contrato: ‘obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado’. É o fenômeno da vinculação. Oferecida a mensagem, fica o fornecedor a ela vinculado, podendo o consumidor exigir o seu cumprimento forçoso nos termos do art. 35. Se o fornecedor quiser voltar atrás na oferta, não poderá fazê-lo, até porque, como de resto decorre da estrutura do CDC, a oferta tem caráter objetivo. Feita a própria mensagem que a veicula é elemento comprobatório de sua existência e veiculação”.

À teor do art. 39 do CDC, é de suma importância ressaltar que em uma relação de consumo, é vedado ao fornecedor proceder com uma série de práticas abusivas que obstaculizam o livre-arbítrio do lado hipossuficiente da relação, que no caso é o consumidor. O caso em tela pressupõe duas das práticas elencadas no artigo, tais como:

[...]

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades estoque, e, ainda, de conformidade como os usos e costumes;

Como se observa nos autos, a Reclamante optou pelo cancelamento da compra com a restituição da quantia paga. A reclamada, apesar de ciente da nocividade de tais práticas, nada fez para solucionar o problema. Muito pelo contrário nem compareceu a audiência marcada no setor de conciliação. O fato é que houve uma infringência visível ao CDC e como tal, o fornecedor encontra-se passível de sanção. Decisões judiciais corroboram com esse entendimento:

**CONSUMIDOR – RECURSO ESPECIAL – PUBLICIDADE – OFERTA – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO – OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR.** O CDC dispõe que toda informação ou publicidade, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, desde que suficientemente precisa e efetivamente conhecida pelos consumidores a que é destinada, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, bem como integra o contrato que vier a ser celebrado. Constatado pelo Eg. Tribunal a quo que o fornecedor, através de publicidade amplamente divulgada, garantiu a entrega de veículo objeto de contrato de compra e venda firmado entre o consumidor e uma de suas concessionárias, submete-se ao cumprimento da obrigação nos exatos da oferta apresentada. Diante da declaração de falência da concessionária, a responsabilidade pela informação ou publicidade divulgada recai integralmente sobre a empresa fornecedora (STJ – 3.<sup>a</sup> T. - Resp 363939/MG – rel. Min. Fátima Nancy Andrighi – j. 04.06.2002).

### 3 – DA DOSIMETRIA DA PENA

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interditadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Para mensurar o quantum, levamos em consideração, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme dispõe o artigo 28 do mesmo decreto, a gravidade da prática infrativa, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato infrativo e a condição econômica do infrator, respeitados os parâmetros estabelecidos no parágrafo único do art. 57 da Lei no 8.078, de 1990.

No caso exarado, fica evidenciado que são aplicadas as agravantes dos incisos II e IV referentes ao artigo 26 do Decreto 2.181/97. Entretanto, não é aplicada qualquer atenuante já que a reclamada em momento nenhum se mostrou solícita em atender os apelos da reclamante, e, ter o infrator, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas

**AO EXPOSTO**, variando a sanção de multa entre 200 UFIRCE a 3.000.000 de UFIRCE, decido cominar a reclamada sanção pecuniária no valor de 6.000 (seis mil) UFIRCES, por infração aos arts. 4º, I; 6º, III e IV; 30; 35, III; 39, II do Código de Defesa do Consumidor (CDC), com fulcro no que dispõe o art. 56, inciso I, c/c o art. 57, § único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada CESAR GIOVANI SILVA REIS ME para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Agência 919 – Aldeota, c/c nº 23.291-8 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o autuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a devida baixa no sistema.

Caso a empresa autuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subsequente

cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intime-se a infratora e seus respectivos advogados.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 15 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares

Promotor de Justiça

Secretário-Executivo

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº. 0107-003.659-3

Reclamante: FRANCISCO ALVES BEZERRA

Infratores: MUDANÇAS E TRANSPORTES CAROLINA DO NORTE LTDA

#### 1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Procedimento Administrativo instaurado por este Órgão ante reclamação do Sr. Francisco Alves Bezerra, sob alegativa que teve durante um transporte de mudança de Barueri-SP para Fortaleza-CE, um vidro cristal fumê 04MM 200cm x 820cm, espelho cristal 03MM 340cm x 880cm e vidro cristal fume 04MM 430cm x 930cm, totalizando, conforme orçamento R\$ 120,00, orçamento este que a própria transportadora solicitou que o consumidor providenciasse, nº pedido 00570 (Vidromax). Razão pela qual, requereu o cumprimento da transportadora do ressarcimento pelos danos que o mesmo teve.

O reclamante promoveu a juntada da documentação que confirma sua demanda (fls. 05/08), confirmando o alegado, tendo reafirmado seu pleito na audiência ocorrida em 26.09.2007 às 09:45 horas (fls. 12). No entanto, a demandada, mesmo devidamente notificada (fls. 11), recusou-se a atender o pleito autoral, apesar de estar o consumidor amparado pelo disposto nos artigos 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

É o Relatório em síntese.

#### 2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípua de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seus representante legal ao final assinado:

A priori, vale ressaltar que foi garantido a reclamada, já que esta foi devidamente notificada de todos os atos processuais, o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme prevê o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, in verbis:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifei)

(...)”

Ficou constatada a revelia do reclamado, mostrando-se em todo o curso do processo, nos moldes do contraditório e ampla defesa, para que este se manifestasse acerca das alegações que foram lhe imputadas.

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 39 da referida lei considera inadmissível certas práticas, enumerando um rol taxativo que VEDA todo e qualquer procedimento por parte dos fornecedores de serviços que ofenda a relação de consumo e vulnerabilize de forma desproporcional o consumidor. Latu sensu, prática abusiva são condições irregulares atentatórias da relação em questão, as quais ofendem os alicerces da ordem jurídica tanto pela lógica da ordem pública quanto pelos bons costumes.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Acerca da consideração da vulnerabilidade nos esclarece Antônio Herman V. Benjamin ao prefaciar o livro de Paulo Valério Dal Pai Moraes:

“O princípio da vulnerabilidade representa a peça fundamental no mosaico jurídico que denominamos Direito do Consumidor. É lícito até dizer que a vulnerabilidade é o ponto de partida de toda a Teoria Geral dessa nova disciplina jurídica (...) A compreensão do princípio, assim, é pressuposto para o correto conhecimento do Direito do consumidor e para a aplicação da lei, de qualquer lei, que se ponha a salvaguardar o consumidor”. MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. Porto Alegre: Síntese, 1999.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O CDC está baseado no princípio da boa-fé e o fornecedor fica obrigado a atender à legítima expectativa de seu público, adotando a lealdade e a honestidade em suas condutas. Não obstante, o artigo 6º, elenca o rol dos direitos básicos do consumidor, faz menção aos incisos IV e VI, *ipsis litteris*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Segundo o art. 14 do CDC, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos:

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – modo de seu fornecimento;

Os serviços, de outro lado, são considerados impróprios quando se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como quando não atendem às normas regulamentadas de prestabilidade. Se o serviço for inadequado, pode o consumidor exigir, alternativamente, a reexecução do serviço, a devolução imediata dos valores pagos ou o abatimento proporcional do preço, além de eventuais perdas e danos.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

À teor do art. 39 do CDC, é de suma importância ressaltar que em uma relação de consumo, é vedado ao fornecedor proceder com uma série de práticas abusivas que obstaculizam o livre-arbítrio do lado hipossuficiente da relação, que no caso é o consumidor. O caso em tela pressupõe duas das práticas elencadas no artigo, tais como:

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

O consumidor, como se observa nos autos, optou pelo ressarcimento dos danos causados. A reclamada, apesar de ciente da nocividade de tais práticas, nada fez para solucionar o problema. Muito pelo contrário, nem compareceu a audiência realizada no setor de conciliação. Decisões judiciais corroboram com este entendimento:

Não desempenhado satisfatoriamente a empresa os serviços contratados, obrigando a parte a corrigir os defeitos constatados em seu apartamento, nada pode exigir como retribuição dos trabalhos que se comprometeu a realizar e o fez de forma insuficiente, acarretando prejuízos. Aplica-se o disposto no art. 18º, § 1º, II, da Lei 8.078/90, que assegura à parte lesada a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. O julgamento de improcedência da ação ordinária de cobrança até beneficiou a empresa autora, pois não obrigou à devolução das quantias recebidas, apenas considerou como satisfatórios os pagamentos já feitos, em face dos prejuízos suportados pela parte que contratou os serviços. Sentença confirmada (TJRS – 8.ª Câmara – ApCiv 59807986 – rel. Des. Antônio Carlos Stangler Pereira – j. 18.05.2000).

### 3 – DA DOSIMETRIA DA PENA

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa consequências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interditadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Para mensurar o quantum, levamos em consideração, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme dispõe o artigo 28 do mesmo decreto, a gravidade da prática infrativa, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato infrativo e a condição econômica do infrator, respeitados os parâmetros estabelecidos no parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990.

No caso exarado, fica evidenciado que são aplicadas as agravantes dos incisos II, e IV referentes ao artigo 26 do Decreto 2.181/97. Entretanto, não é aplicada qualquer atenuante já que a reclamada em momento nenhum se mostrou solícita em atender os apelos da reclamante.

AO EXPOSTO, variando a sanção de multa entre 200 UFIRCE a 3.000.000 de UFIRCE, decido cominar a reclamada sanção pecuniária no valor de 10.000 (dez mil), por infração aos arts. 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V da Lei nº 8.078/90, com fulcro no que dispõe o art.56, inciso I, c/c o art.57, § único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada MUDANÇAS E TRANSPORTES CAROLINA DO NORTE LTDA para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Agência 919 – Aldeota, c/c nº 23.291-8 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o autuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a devida baixa no sistema.

Caso a empresa autuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subsequente cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intime-se a infratora desta decisão administrativa.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 15 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares  
Promotor de Justiça  
Secretário-Executivo

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº. 0107-006.806-6

Reclamante: DAMIANA SOARES DE MENEZES

Infratores: ELETRÔNICA UIB SERVIÇO AUTORIZADO

#### 1 – DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Procedimento Administrativo instaurado por este Órgão ante reclamação da Sra. Damiana Soares de Menezes, sob alegativa que deixou sua televisão na reclamada no dia 12/06/2007, conforme OS nº 0059. O consumidor foi pegar o aparelho, mas continuava com mesmo problema. Desde então, o aparelho continua na assistência técnica sem solução do problema. Requer a restituição do valor pago, corrigido monetariamente.

O reclamante promoveu a juntada da documentação que confirma sua demanda (fls. 08/09), confirmando o alegado, tendo reafirmado seu pleito na audiência ocorrida em 03.12.2007 (fls. 12). No entanto, a demandada, mesmo devidamente notificada (fls. 10/11), recusando-se a atender o pleito autoral, apesar de estar o consumidor amparado pelo disposto nos artigos 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

É o Relatório em síntese.

#### 2 – DO DIREITO

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON-CE, órgão integrante, pelo Estado do Ceará, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor – SNDC, criado no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do estado do Ceará, com o fim precípua de coordenar a Política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com competência, atribuições e atuação administrativa em toda a área do estado do Ceará, conferidas pela Lei Estadual Complementar 30, de 26 de julho de 2002, com previsão nas Constituições Federal e Estadual, Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990 e Decreto Federal 2.181, de 1997, na forma do parágrafo único do art. 56 do CDC, e no art. 18, parágrafo primeiro do Decreto Federal 2181/97, DECIDE, por seus representante legal ao final assinado:

O art. 2º, caput, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, qualifica de consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 39 da referida lei considera inadmissível certas práticas, enumerando um rol taxativo que VEDA todo e qualquer procedimento por parte dos fornecedores de serviços que ofenda a relação de consumo e vulnerabilize de forma desproporcional o consumidor. Latu sensu, prática abusiva são condições irregulares atentatórias da relação em questão, as quais ofendem os alicerces da ordem jurídica tanto pela lógica da ordem pública quanto pelos bons costumes.

Conforme teor do art. 4º do CDC, o qual trata da Política Nacional de Relações de Consumo, deverão ser observados e aplicados certos princípios que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tal qual se constata no inciso I, in verbis:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Acerca da consideração da vulnerabilidade nos esclarece Antônio Herman V. Benjamin ao prefaciar o livro de Paulo Valério Dal Pai Moraes:

“O princípio da vulnerabilidade representa a peça fundamental no mosaico jurídico que denominamos Direito do Consumidor. É lícito até dizer que a vulnerabilidade é o ponto de partida de toda a Teoria Geral dessa nova disciplina jurídica (...) A compreensão do princípio, assim, é pressuposto para o correto conhecimento do Direito do consumidor e para a aplicação da lei, de qualquer lei, que se ponha a salvaguardar o consumidor”. MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. Porto Alegre: Síntese, 1999.

A vulnerabilidade é o ponto fundamental do CDC e, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor.

O CDC está baseado no princípio da boa-fé e o fornecedor fica obrigado a atender à legítima expectativa de seu público, adotando a lealdade e a honestidade em suas condutas. Não obstante, o artigo 6º, elenca o rol dos direitos básicos do consumidor, faz menção aos incisos IV e VI, *ipsis litteris*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

[...]

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Segundo o art. 14 do CDC, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos:

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – modo de seu fornecimento;

Os serviços, de outro lado, são considerados impróprios quando se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como quando não atendem às normas regulamentadas de prestabilidade. Se o serviço for inadequado, pode o consumidor exigir, alternativamente, a reexecução do serviço, a devolução imediata dos valores pagos ou o abatimento proporcional do preço, além de eventuais perdas e danos.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

À teor do art. 39 do CDC, é de suma importância ressaltar que em uma relação de consumo, é vedado ao fornecedor

proceder com uma série de práticas abusivas que obstaculizam o livre-arbítrio do lado hipossuficiente da relação, que no caso é o consumidor. O caso em tela pressupõe duas das práticas elencadas no artigo, tais como:

[...]

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

[...]

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

O consumidor, como se observa nos autos, optou pela restituição do valor pago. A reclamada, apesar de ciente da nocividade de tais práticas, nada fez para solucionar o problema. Muito pelo contrário nem compareceu a audiência realizada no setor de conciliação, para tentar discutir a situação e encontrar forma menos onerosa de resolver o impasse da relação de consumo. Decisões judiciais corroboram com este entendimento:

Não desempenhado satisfatoriamente a empresa os serviços contratados, obrigando a parte a corrigir os defeitos constatados em seu apartamento, nada pode exigir como retribuição dos trabalhos que se comprometeu a realizar e o fez de forma insuficiente, acarretando prejuízos. Aplica-se o disposto no art. 18º, § 1º, II, da Lei 8.078/90, que assegura à parte lesada a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. O julgamento de improcedência da ação ordinária de cobrança até beneficiou a empresa autora, pois não obrigou à devolução das quantias recebidas, apenas considerou como satisfatórios os pagamentos já feitos, em face dos prejuízos suportados pela parte que contratou os serviços. Sentença confirmada (TJRS – 8.ª Câ. - ApCiv 59807986 – rel. Des. Antônio Carlos Stangler Pereira – j. 18.05.2000).

### 3 – DA DOSIMETRIA DA PENA

De acordo com o Decreto nº 2.181/97, para a aplicação da penalidade, deverão ser considerados os seguintes aspectos: as circunstâncias atenuantes e agravantes; e os antecedentes do infrator, nos termos do art. 24 daquele decreto. Dentre as condições atenuantes, nos termos do Art. 25 deste mesmo decreto, enumera-se: a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato; ser o infrator primário e ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou de imediato reparar os efeitos do ato lesivo.

Quanto às circunstâncias agravantes, nos termos o Decreto em referência dispõe, no seu art. 26, que se constituem agravantes: I - ser o infrator reincidente; II - ter o infrator, comprovadamente, cometido a prática infrativa para obter vantagens indevidas; III - trazer a prática infrativa conseqüências danosas à saúde ou à segurança do consumidor; IV - deixar o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas conseqüências; V - ter o infrator agido com dolo; VI - ocasionar a prática infrativa dano coletivo ou ter caráter repetitivo; VII - ter a prática infrativa ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência física, mental ou sensorial, interdadas ou não; VIII - dissimular-se a natureza ilícita do ato ou atividade; IX - ser a conduta infrativa praticada aproveitando-se o infrator de grave crise econômica ou da condição cultural, social ou econômica da vítima, ou, ainda, por ocasião de calamidade.

Para mensurar o quantum, levamos em consideração, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme dispõe o artigo 28 do mesmo decreto, a gravidade da prática infrativa, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato infrativo e a condição econômica do infrator, respeitados os parâmetros estabelecidos no parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990.

No caso exarado, fica evidenciado que são aplicadas as agravantes dos incisos II e IV referentes ao artigo 26 do Decreto 2.181/97. Entretanto, não é aplicada qualquer atenuante já que a reclamada em momento nenhum se mostrou solícita em atender os apelos da reclamante.

AO EXPOSTO, variando a sanção de multa entre 200 UFIRCE a 3.000.000 de UFIRCE, decido cominar a reclamada sanção pecuniária no valor de 2.000 (dois mil), por infração aos arts. 4º, I; 6º, IV e VI; 14, § 1º, I; 20; 39, II e V da Lei nº 8.078/90, com fulcro no que dispõe o art.56, inciso I, c/c o art.57,§ único do CDC, c/c a súmula nº 01 da JURDECON. Informo ainda, que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ 2,4257.

Intime-se a demandada ELETRÔNICA UIB SERVIÇO AUTORIZADO para, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002, efetuar o recolhimento no prazo de 10 dias na Agência 919 – Aldeota, c/c nº 23.291-8 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Operação 006) ou se desejar oferecer Recurso Administrativo.

Determino ainda que, após o pagamento da respectiva multa administrativa, o atuado, deve encaminhar-se a Secretaria Executiva deste órgão, munido de comprovante de pagamento com fotocópia, para dar prosseguimento ao processo com a dívida baixa no sistema.

Caso a empresa atuada não apresente recuso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da lei complementa nº 30 de 26.07.2002 (D.O 02.08.02).

Art. 29. Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subseqüente cobrança executiva.

Tornando-se definitiva a decisão administrativa, inclua-se o nome da empresa infratora no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com publicação no Diário da Justiça, cumprindo-se as demais determinações contidas nos arts. 27, 34 e seguintes da Lei Estadual Complementar 30/02.

Intime-se a infratora desta decisão administrativa.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 17 de junho de 2010.

João Gualberto Feitosa Soares  
Promotor de Justiça  
Secretário-Executivo

Portaria nº 012/2010/NUPAD

O COORDENADOR DO NÚCLEO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, com supedâneo no art. 176 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, e no uso das atribuições delegadas que confere o art. 2º, §1º, alínea b, do Provimento nº 12/2008, com redação dada pelo Provimento nº 44/2008;

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora Caroline Pontes Almeida e Élia dos Santos Catunda para, sob a presidência desta Coordenação,

compossem Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos contantes no Processo nº 8649/2010-3, devendo apresentar relatório conclusivo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua instalação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

NÚCLEO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES, em Fortaleza, 18 de junho de 2010.

Marcos Tibério Castelo Aires  
Procurador de Justiça  
Coordenador do NUPAD

Portaria nº 013/2010/NUPAD

O COORDENADOR DO NÚCLEO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, com supedâneo no art. 176 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Ceará, e no uso das atribuições delegadas que confere o art. 2º, §1º, alínea b, do Provimento nº 12/2008, com redação dada pelo Provimento nº 44/2008;

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora Ana Cristina Viana Loureiro Gonçalves, Analista Ministerial-Direito, para, sob a presidência desta Coordenação, instaurar Sindicância destinada a apurar os fatos contantes no Processo nº 8382/2010-1, devendo apresentar relatório conclusivo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua instalação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

NÚCLEO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES, em Fortaleza, 22 de junho de 2010.

Marcos Tibério Castelo Aires  
Procurador de Justiça  
Coordenador do NUPAD

PAUTA DE JULGAMENTO – JURDECON - JUNTA RECURSAL DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA AO CONSUMIDOR

Número da Pauta: (72) – Ano de 2010

SERÃO JULGADOS PELA JUNTA RECURSAL DO DECON, NO PLENÁRIO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, NO DIA 01 DE JULHO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00H, NA RUA ASSUNÇÃO Nº 1.100, FORTALEZA-CE, OS SEGUINTE RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

RECURSOS COM PRIORIDADE DE JULGAMENTO:

PAUTA Nº 69:

01. Recurso Administrativo nº 576-0108-012.118-1

Processo Administrativo F. A nº 0108-012.118-1

Recorrente: Centro de Ensino Superior do Ceará

Recorrido: Ticiano Gomes Feitosa

Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA

Pedido de Vista: PROCURADORA DE JUSTIÇA OSEMILDA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA

Rep. Jurídico: Fábio Agostinho da S. Nascimento – OAB/CE nº 12.171

02. Recurso Administrativo nº 751-0109-028.528-7

Processo Administrativo F. A nº 0108-028.528-7

Recorrente: Centro de Ensino Superior do Ceará

Recorrido: Ticiano Gomes Feitosa

Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA

Rep. Jurídico: Fernando Augusto Correia C. Filho – OAB/CE nº 14.503

PAUTA Nº 71:

03. Recurso Administrativo nº 920-0108-010.703-8

Processo Administrativo F. A nº 0108-010.703-8

Recorrente: Lojas Riachuelo S/A

Recorrida: Maria Geraldina M. Lemos

Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS

Rep. Jurídico: Fábio José de Oliveira Ozorio – OAB/CE nº 8.714

Clailson Cardoso Ribeiro – OAB/CE nº 13.125

04. Recurso Administrativo nº 892-0109-016.870-7

Processo Administrativo F. A nº 0109-016.870-7

Recorrente: LG Eletrônicos de São Paulo LTDA

Recorrido: Clemilda Alves Lino

Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA

Rep. Jurídico: Maria Cláudia Trevis Moraes Correia Viana – OAB/Ce nº 20.644

05. Recurso Administrativo nº 926-0109-027.093-1

Processo Administrativo F. A nº 0109-027.093-1

Recorrente: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL

Recorrido: Daniel José Mendes de Sousa e Silva  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS  
Rep. Jurídico: Janaína Roberto Nunes – OAB/CE nº 11.606

06. Recurso Administrativo nº 941-0108-000.310-0  
Processo Administrativo F. A nº 0108-000.310-0  
Recorrente: Unimed de Fortaleza – Cooperativa de Trabalho Médico LTDA.  
Recorrida: Maria Júlia Mamede Pinheiro  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS  
Rep. Jurídico: Palloma Maria de Araújo Coimbra – OAB/CE nº 18.719

RECURSOS PARA JULGAMENTO - PAUTA Nº 72:

07. Recurso Administrativo nº 929-0109-030.872-0  
Processo Administrativo F. A nº 0109-030.872-0  
Recorrente: Smaff Nordeste Veículos LTDA  
Recorrido: Antônio Reginaldo de Lima  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS  
Rep. Jurídico: Charles Goiana de Andrade – OAB/CE nº 20.160

08. Recurso Administrativo nº 894-0109-020.126-0  
Processo Administrativo F. A nº 0109-020.126-0  
Recorrente: TNL PCS S/A – Oi Móvel  
Recorrido: Luis Augusto da Silva  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA OSEMILDA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA  
Reps. Jurídicos: Mário Jorge Menescal de Oliveira – OAB/CE nº 6.764  
Rômulo Marcel Souto dos Santos – OAB/CE nº 16.498

09. Recurso Administrativo nº 523-0108-002.747-0  
Processo Administrativo F. A nº 0108-002.747-0  
Recorrente: Lojas Carrossel Comércio e Representações LTDA  
Recorrido: Salomão Barros de Oliveira  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ROSEMARY DE ALMEIDA BRASILEIRO

10. Recurso Administrativo nº 964-459/10  
Auto de Infração nº 459/10  
Recorrente: Irmãos Pintos Farmácia LTDA  
Recorrido: DECON/CE  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA

11. Recurso Administrativo nº 872-0108-007.408-1  
Processo Administrativo F. A nº 0108-007.408-1  
Recorrente: Caixa Econômica Federal (Agência Terra da Luz)  
Recorrida: Silvana Bastos Lima  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS  
Rep. Jurídico: Jorgemisa Jorge Auad – OAB/CE nº 13.082-B

12. Recurso Administrativo nº 933-0109-028.524-4  
Processo Administrativo F. A nº 0109-028.524-4  
Recorrente: TNL PCS S/A – Oi Móvel  
Recorrida: Jaqueline Maria de Oliveira Pessoa  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA OSEMILDA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA  
Reps. Jurídicos: Mário Jorge Menescal de Oliveira – OAB/CE nº 6.764  
Rômulo Marcel Souto dos Santos – OAB/CE nº 16.498

13. Recurso Administrativo nº 960-464/10  
Auto de Infração nº 464/10  
Recorrente: Pinto e mesquita Farmácia LTDA - ME  
Recorrido: DECON/CE  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ROSEMARY DE ALMEIDA BRASILEIRO

14. Recurso Administrativo nº 961-461/10  
Auto de Infração nº 461/10  
Recorrente: Farmácia July Helen LTDA  
Recorrido: DECON/CE  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA

15. Recurso Administrativo nº 881-0109-021.014-3  
Processo Administrativo F. A nº 0109-021.014-3  
Recorrente: Embrakon Administradora de Consórcio LTDA  
Recorrida: Roselia Batista de Queiroz  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS

16. Recurso Administrativo nº 951-0109-029.093-9

Processo Administrativo F. A nº 0109-029.093-9  
Recorrente: Claro S/A  
Recorrido: Manuel Luis da Rocha Neto  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA OSEMILDA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico: Iranete de Castro Filho – OAB/CE nº 20.079

17. Recurso Administrativo nº 963-460/10  
Auto de Infração nº 460/10  
Recorrente: Francisco de Assis Ferreira Gomes Farmácia - ME  
Recorrido: DECON/CE  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ROSEMARY DE ALMEIDA BRASILEIRO

18. Recurso Administrativo nº 544-0108-003.086-4  
Processo Administrativo F. A nº 0108-003.086-4  
Recorrente: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL  
Recorrido: Francisco Eliezer Petri Feitosa  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA  
Rep. Jurídico: Janaína Roberto Nunes – OAB/CE nº 11.606

19. Recurso Administrativo nº 911-0109-020.533-9  
Processo Administrativo F. A nº 0109-020.533-9  
Recorrente: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A  
Recorrido: Francisco Amauri Bezerra  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA GLEUCA PINHEIRO VIANA MARTINS  
Rep. Jurídico: Fabiano José Somer – OAB/CE nº 297.006

20. Recurso Administrativo nº 861-0108-015.831-8  
Processo Administrativo F. A nº 0108-015.831-8  
Recorrente: Via Center Veículos  
Recorrido: Leonardo Bastos Pereira  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA OSEMILDA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico: Wilson de Norões Milfont Neto – OAB/CE nº 15.248

21. Recurso Administrativo nº 966-0109-027.530-0  
Processo Administrativo F. A nº 0109-027.530-0  
Recorrente: Thiago Paiva Ximenes Rodrigues – ME (FJ Móveis)  
Recorrida: Maria da Silva Lucena  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ROSEMARY DE ALMEIDA BRASILEIRO  
Rep. Jurídico: Jânio Queiroz – OAB/CE nº 22.068

22. Recurso Administrativo nº 814-0109-017.258-6  
Processo Administrativo F. A nº 0109-017.258-6  
Recorrente: Banco Ibi S/A – Banco Múltiplo  
Recorrida: Josenira Muniz Mendonça  
Relatora: PROCURADORA DE JUSTIÇA ZÉLIA MARIA DE MORAES ROCHA  
Rep. Jurídico: André de Queiroz Monteiro – OAB/CE nº 19.252

Maria Gleuca Pinheiro Viana Martins  
Procuradora de Justiça  
Presidenta da Jurdecon

PORTARIA Nº 1904/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “c”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “d”, do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 6557/2010-0 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA ADELANIA CORREIA DE LIMA ROCHA – Técnica Ministerial, Classe A, Referência 4, com lotação na Comarca de Jardim, matrícula nº 168104, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso de pós graduação em Direito Ambiental, a partir de 24 de março de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 15 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1931/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea "d", da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea "c", do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11168/2010-9 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR AMARÍLIO LINO JÚNIOR, Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Icapuí, matrícula nº 216095, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências (Ensino Fundamental), a partir de 25 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1976/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no Processo nº 13022/2010-6 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR O DR. ANTÔNIO IRAN COELHO SÍRIO, Promotor de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza e Secretário-Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, para participar da II Reunião Ordinária das Comissões Permanentes do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, a ser realizada na cidade de Belo Horizonte – MG, nos dias 21 e 22 de junho do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.527,44 (um mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – Belo Horizonte – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2010 – Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará. OBJETO: O presente pregão eletrônico tem como objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Construção conforme especificações e estimativas de quantidade, contidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), até 13/07/2010 às 08:45 horas (horário de Brasília). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço acima ou no site [www.pgj.ce.gov.br](http://www.pgj.ce.gov.br). INFORMAÇÕES PELO(S) TELEFONES: 0xx85 3488-7788, no horário de 08:00 às 14:00.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 30 de junho de 2010.

PEDRO HENRIQUE CAMINHA FILHO  
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/ 2010

TOMADA DE PREÇOS 002/2010 – Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará. OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestar serviços necessários à reforma das Promotorias e das residências de

Promotores do Interior, tudo devidamente especificado nas Especificações Técnicas.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: No endereço: Rua Assunção, 1.100, José Bonifácio, Fortaleza-Ce dia 16/07/2010 até às 09:30 horas (horário de Brasília). OBTENÇÃO DO EDITAL: No site [www.pgj.ce.gov.br](http://www.pgj.ce.gov.br). INFORMAÇÕES PELO(S) TELEFONES: 0xx85 3488-7788, no horário de 08:15 às 14:00.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 30 de junho de 2010.

PEDRO HENRIQUE CAMINHA FILHO  
Presidente da Comissão de Licitação - CPL/PGJ

PORTARIA Nº 1934/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o art. 3º e 9º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11874/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR CÍCERO LUÍS DE SOUSA, ora à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Campos Sales, o valor de R\$ 22,83 (vinte e dois reais e oitenta e três centavos), por dia de deslocamento correspondente a 30% (trinta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 228,30 (duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca Vinculada de Salitre, nos dias 03/05/2010, 07/05/2010, 10/05/2010, 12/05/2010, 14/05/2010, 17/05/2010, 19/05/2010, 21/05/2010, 24/05/2010 e 31/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1955/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 ( Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso I da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º do Provimento nº 022 de 27 de fevereiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 003 de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11737/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE PRORROGAR A CONCESSÃO ao servidor CÍCERO WELDER OLIVEIRA DA SILVA – Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Acopiara, do percentual de Gratificação de Verba Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento-base, para execução de diligências, no período de julho a dezembro de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça, ficando condicionado o pagamento da verba indenizatória à apresentação do relatório mensal das diligências efetuadas, sob forma consolidada, com a indicação das datas e justificativas, em obediência ao disposto no Provimento nº 022/2008, sob pena de indeferimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DECON/CE

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 08/2010

Pelo presente edital, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar Estadual n. 30, de 26.07.2002, e considerando que houve o trânsito em julgado da decisão administrativa que julgou procedente a reclamação, inclusive com aplicação de multa, fica o fornecedor abaixo descrito intimado a efetuar o recolhimento da multa junto ao Banco arrecadador, tendo como favorecido o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (Caixa Econômica Federal. Agência 919 - Aldeota, Conta Corrente nº 23.291-8, operação 006). O recolhimento da multa deverá ter seu valor convertido em moeda nacional, com a atualização monetária correspondente, lembrando, ainda, que o valor atual da UFIRCE corresponde a R\$ 2,4257.

Ao exposto, requisitamos a apresentação do comprovante de pagamento a 1ª Promotoria de Justiça do DECON (Rua Barão de Aratânia, nº 100, Centro, Cep: 60.050.070, Fortaleza-CE), no prazo de 30 dias a partir dessa publicação, e que somente será aceito comprovante de depósito original ou autenticado, e, em nenhuma hipótese será recebido comprovante de entrega de envelope de depósito bancário, conforme recomendação nº 02/2009/GAB/PGJ/CE, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, conforme se depreende da leitura do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 30/2002: Não sendo recolhido o valor da multa no prazo de trinta dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subsequente cobrança executiva.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: FORNECEDORES VALOR DA MULTA  
0109-028.344-2 FGA CURSOS JURÍDICOS LTDA 820 (OITOCENTOS E VINTE) UFIR-CE  
0109-028.242-3 AGÊNCIA GLOBO 745 (SETECENTOS E QUARENTA E CINCO) UFIR-CE  
P.R.I.  
Cumpra-se.  
Fortaleza, 24 de junho de 2010.

ANTONIO RICARDO BRÍGIDO N.MEMÓRIA  
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 1936/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos nos 12007/2010-8 e 12479/2010-9 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR ELIAS FONTENELE LOPES, Técnico Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Acaraú, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 190,30 (cento e noventa reais e trinta centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca de Itarema, nos dias 04/05/2010, 11/05/2010, 18/05/2010, 25/05/2010 e 01/06/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1929/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 29, da Lei nº 9.826, de 14.05.74 – Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Ceará, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12864/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DECLARAR A ESTABILIDADE A PARTIR DE 04 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, NO CARGO DE TÉCNICO MINISTERIAL, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a), em razão do cumprimento do estágio probatório e de aprovação na avaliação especial de desempenho.

NOME DO SERVIDOR: EMANUEL JOSÉ MATIAS GUERRA

MATRÍCULA Nº 168262

LOTAÇÃO: FORTALEZA

DATA DE ADMISSÃO: 31/07/2006

NOTA FINAL DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO: 10

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 16 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1901/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “c”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “d”, do Provimento nº 03/2008 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001/2008 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12341/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER ao servidor FABRÍCIO PONTE ROCHA - Técnico Ministerial com lotação na Comarca de Santana do Acaraú, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do curso de Especialização em Língua Portuguesa e Literatura a partir de 07 de junho de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 14 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1808/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº

30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza representação institucional e tendo em vista o que consta no Processo nº 11195/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR O DR. FRANCISCO ELNATAN CARLOS DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça titular da 13ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Fortaleza para participar da II Reunião do ano de 2.010 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH - , a ser realizada na cidade de Belo Horizonte – MG, no período de 21 a 22 de junho do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.527,44 (um mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – Belo Horizonte – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 08 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1975/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no Processo nº 12252/2010-0 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR O DOUTOR FRANCISCO ROMÉRIO PINHEIRO LANDIM, Promotor de Justiça titular da 9ª Promotoria de Justiça Cível, para participar das VIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal, a serem realizadas na cidade de Vitória – ES, no período de de 21 a 24 de junho de 2010, concedendo-lhe o pagamento de 04(quatro) diárias, no valor unitário de R\$ 763,72(setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 3.054,88(três mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86(trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 690,00(seiscentos e noventa reais), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – Vitória – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1941/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c os art. 3º e 9º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12740/2010-4 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR FRANCISCO ANTÔNIO TÁVORA COLARES - Técnico Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Milagres, o valor de R\$ 22,83 (vinte e dois reais e oitenta e três centavos), por dia de deslocamento correspondente a 30% (trinta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo um valor total de R\$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca Vinculada de Abaiara, nos dias 04/03/2010, 11/03/2010, 15/04/2010, 22/04/2010 e 29/04/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1899/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “e”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “b”, do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11547/2010-4 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR FRANCISCO DYEGO VIEIRA RABELO – Técnico Ministerial, Classe A, Referência 1, com lotação na Comarca de Pacoti, matrícula nº 216096, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso Sequencial de Formação em Técnico de Segurança do Trabalho, a partir de 28 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 14 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1910 /2010

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no desempenho de suas atribuições institucionais, especialmente conferidas no art.26, XIX, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008, c/c as disposições do art.10, XIV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e ainda sob fundamento do art.34, II, da Lei nº 14.043, de 21 de dezembro de 2007, e art.3º, “a”, da Resolução nº 01/2008, e

CONSIDERANDO a autonomia administrativa conferida ao Ministério Público pelo art.128, § 1º, da Constituição Federal, podendo praticar atos próprios ou de gestão;

CONSIDERANDO que é atribuição do Procurador-Geral de Justiça exercer a Chefia da Instituição, cabendo-lhe designar membros para desempenhar funções em comissões administrativas de interesse da Instituição e para executar trabalho de natureza técnica, relevante ou científica;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual 14.043, de 21 de dezembro de 2007 que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores do Ministério Público, prevê em seu artigo 34, II, prevê a possibilidade de concessão de gratificação pelo exercício de atividade técnica;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 01/2008 que regulamenta a a Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, preceitua que poderá ser concedida gratificação aos servidores designados para participar em comissões;

CONSIDERANDO que a atual gestão do Ministério Público encontra-se em vias de implantação de seu Planejamento Estratégico para o quadriênio 2008/2011, como instrumento de otimização das atividades-meio e fim da Instituição, nas perspectivas “sociedade, procedimentos internos, aprendizado e crescimento e orçamento”, para subsidiar os processos de tomada de decisões, e, portanto, uma administração de qualidade;

CONSIDERANDO que sob a perspectiva da sociedade há previsão do desenvolvimento de ação/projeto intitulado “Estruturação de Promotorias que efetuem atendimento ao público” havendo metas pré-estabelecidas para a consecução de tal objetivo;

CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar a execução de mencionado projeto, através de comissão especial para esse fim determinado, assegurando a efetividade no cumprimento do cronograma,

RESOLVE: INCLUIR NA PORTARIA 232/2009, datada de 06 de fevereiro de 2009, o servidor FRANCISCO EDSON DE OLIVEIRA, matrícula nº 215945, com lotação na Comarca de Fortaleza, substituindo a servidora EMANUELE MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 168301, com lotação na Comarca de Fortaleza, no Projeto intitulado “Estruturação de Promotorias que Efetuem Atendimento ao Público”, cujo objetivo encontra-se listado no Planejamento Estratégico do Ministério Público, 2008/2011, concedendo ao servidor a Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, com valor correspondente ao cargo comissionado DAS-3, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 15 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1943/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o art. 3º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12305/2010-6 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR FRANCISCO FLÁVIO MENDONÇA ALENCAR JÚNIOR, ora à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Maranguape, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo um valor total de R\$ 342,54 (trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca de Palmácia, nos dias 04/05/2010, 06/05/2010, 07/05/2010, 11/05/2010, 13/05/2010, 18/05/2010, 21/05/2010, 25/05/2010 e 27/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1849/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 9185/2010-7 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA GERMANA FARIAS MELO BEZERRA DE MENEZES, Técnica Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Reriutaba, o valor de R\$ 22,83 (vinte e dois reais e oitenta e três centavos), por dia de deslocamento correspondente a 30% (trinta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 205,47 (duzentos e cinco reais e quarenta e sete centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca de Varjota, nos dias 20/01/2010, 21/01/2010, 25/01/2010, 03/02/2010, 04/02/2010, 10/02/2010, 11/02/2010, 24/02/2010 e 25/02/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 10 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1932/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos nos 6904/2010-4, 6905/2010-1, 7946/2010-4 e 10993/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA GERMANA FARIAS MELO BEZERRA DE MENEZES, Técnica Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Reriutaba, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 190,30 (cento e noventa reais e trinta centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca de Varjota, nos dias 17/03/2010, 18/03/2010, 24/03/2010, 25/03/2010 e 31/03/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1933/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos no 11573/2010-0 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA GERMANA FARIAS MELO BEZERRA DE MENEZES, Técnica Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Reriutaba, o pagamento de 3,5 (três e meia) diárias no valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 266,45 (duzentos e seiscentos e seis reais e quarenta e cinco centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca de Varjota, nos dias 07/04/2010, 08/04/2010, 09/04/2010, 23/04/2010 e 28/04/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1979/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o art. 3º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12116/2010-7 SP-PGJ/CE,

RESOLVE AUTORIZAR O AFASTAMENTO DOS SERVIDORES GLAUTER COSTA DOS SANTOS, Técnico Ministerial e MÁRCIO RENATO TEIXEIRA BENEVIDES, Estagiário de Nível Superior do Curso de Ciências Sociais, ambos lotados na Comarca de Fortaleza, para participarem do Encontro Regional pelos Direitos do Adolescente em Conflito com a Lei, a ser realizado nos dias 18 e 24 de junho do corrente ano, nos municípios de Itapipoca e Baturité, respectivamente, sem ônus para Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1963/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO o teor da certidão PRE/CE nº 24/2010, emitida pela Procuradoria Regional Eleitoral no Ceará e tendo em vista o que consta no Processo de nº 12264/2010-6 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO DR. GUILHERME DE LIMA SOARES, Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Mombaça e em respondência eleitoral na 46ª Zona Eleitoral, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R\$ 217,66 (duzentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos), pela participação na reunião multidisciplinar de preparação para as eleições de 2010, ocorrida no dia 25 de maio do corrente ano, no Fórum Eleitoral da Comarca de Iguatu, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1978/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o arts. 3º e 6º, da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12768/2010-5 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR JORGE LUIZ LINS FERNANDES, Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Fortaleza, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), em virtude de seu deslocamento ao município cearense de Caucaia, ocorrido no dia 14/06/2010, para realizar serviço especializado de informática, devendo a despesa correr por conta da verba própria da Procuradoria Geral de Justiça

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1960/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12874/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO DOUTOR JOSÉ MAURÍCIO CARNEIRO, Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério

Público do Estado do Ceará, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor unitário de R\$ 241,17(duzentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.205,85(um mil, duzentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos), em face da realização de Inspeções e Correições nas Comarcas de Fortim, Aratuba, Barreira, Cascavel e Palmácia, nos dias 13, 14, 17, 19 e 20 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1860/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no Processo nº 11233/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR O DR. JOÃO GUALBERTO FEITOSA SOARES, Promotor de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor e Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, para participar da LXIV Reunião do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC – com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, a ser realizada no período de 17 a 18 de junho de 2010, na cidade de João Pessoa – PB, concedendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.527,44(um mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86(trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – João Pessoa – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 10 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1977/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008, (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), tendo em vista o que consta no Processo nº 11022/2010-8 SP-PGJ/CE,

RESOLVE LOTAR o servidor LEANDRO LOPES FAÇANHA, Técnico Ministerial, junto ao Núcleo de Prevenção e Monitoramento de Conflitos Fundiários, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1578/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso I da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º do Provimento nº 022 de 27 de fevereiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 003 de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 10506/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE PRORROGAR A CONCESSÃO à servidora LUANA FREITAS DA SILVA – Técnica Ministerial, com lotação na Comarca de São Luís do Curu, matrícula nº 168122, do percentual de Gratificação de Verba Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento-base, para execução de diligências, no período de maio a outubro de 2010, devendo a despesa

correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça, ficando condicionado o pagamento da verba indenizatória à apresentação do relatório mensal das diligências efetuadas, sob forma consolidada, com a indicação das datas e justificativas, em obediência ao disposto no Provimento nº 022/2008, sob pena de indeferimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 26 de maio de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1940/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o art. 3º e 9º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos nos 11801/2010-5 e 11997/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR LUCIANO JANUÁRIO DA SILVA, ora à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Araripe, o valor de R\$ 22,83 (vinte e dois reais e oitenta e três centavos), por dia de deslocamento correspondente a 30% (trinta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 205,47 (duzentos e cinco reais e quarenta e sete centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca Vinculada de Potengi, nos dias 03/05/2010, 05/05/2010, 07/05/2010, 12/05/2010, 14/05/2010, 17/05/2010, 20/05/2010, 26/05/2010 e 28/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1787/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso XII, da Lei Complementar nº 72 de 12.12.2008 – Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, art. 78, § 1º, da Lei n.º 9.826 de 14.05.1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), Portaria nº 121/2002, datada de 29 de janeiro de 2002, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11610/2010-0 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER ao servidor MARCELO HENRIQUE FEITOSA MARCELINO, Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Fortaleza, 15 (quinze) dias restantes de férias alusivas ao período aquisitivo de 31.07.2008 a 30.07.2009, para usufruí-las no período de 28.06.2010 a 12.07.2010.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 07 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1945/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “c”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “d”, do Provimento nº 03/2008 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001/2008 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11681/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER ao servidor MARCOS HERBERT MAIER - Técnico Ministerial com lotação na Comarca de Fortaleza, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do curso de Especialização em Administração Judiciária, a partir de 01 de junho de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1947/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea "d", da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea "c", do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11191/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA MARIA HOLANDA OLIVEIRA LOPES - Técnica Ministerial, com lotação na Comarca de Alto Santo, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso de Pedagogia em Regime Especial – Licenciatura Plena, a partir de 20 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1956/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso I da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º do Provimento nº 022 de 27 de fevereiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 003 de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11799/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE PRORROGAR A CONCESSÃO à servidora MARIA IVONE DA SILVA PEREIRA – Técnica Ministerial, com lotação na Comarca de Campos Sales, do percentual de Gratificação de Verba Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento-base, para execução de diligências, no período de julho a dezembro de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça, ficando condicionado o pagamento da verba indenizatória à apresentação do relatório mensal das diligências efetuadas, sob forma consolidada, com a indicação das datas e justificativas, em obediência ao disposto no Provimento nº 022/2008, sob pena de indeferimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1980/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no Processo nº 12308/2010-0 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR A DRA. MARIA JACQUELINE FAUTINO DE SOUZA DO NASCIMENTO, Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, para participar da II Reunião Ordinária das Comissões Permanentes do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, a ser realizada na cidade de Belo Horizonte – MG, nos dias 21 e 22 de junho do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.527,44 (hum mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – Belo Horizonte – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

## PORTARIA Nº 1939/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c os art. 3º e 9º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos nos 12291/2010-8 e 12715/2010-6 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER À SERVIDORA MARIA LENICE ALVES DE MOURA, Técnica Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Tabuleiro do Norte, o valor de R\$ 22,83 (vinte e dois reais e oitenta e três centavos), por dia de deslocamento correspondente a 30% (trinta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo um valor total de R\$ 228,30 (duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca Vinculada de São João do Jaguaribe, nos dias 03/05/2010, 06/05/2010, 07/05/2010, 10/05/2010, 13/05/2010, 17/05/2010, 20/05/2010, 21/05/2010, 24/05/2010 e 27/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

## PORTARIA Nº 1983/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07 de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11279/2010-4 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR AS SERVIDORAS MARIA PESSOA DE ALMEIDA, ora à disposição da Procuradoria Geral de Justiça e RAFAELA SOUSA OLIVEIRA, Técnica Ministerial, ambas lotadas no Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Ceará – NAT, para realizarem vistoria extraordinária nos município cearense de Beberibe, no período de 07 a 09 de julho do corrente ano, concedendo-lhes o pagamento das diárias discriminadas abaixo, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Servidoras	Diárias			
Qtd.	Valor Unitário	Valor Total		
Maria Pessoa de Almeida	2,5	R\$ 76,13		R\$ 190,32
Rafaela Sousa Oliveira	2,5	R\$ 76,13		R\$ 190,32

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 21 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

## PORTARIA Nº 1855/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no Processo nº 11869/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE DESIGNAR O DR. MÁRIO MIRANDA FILHO, Promotor de Justiça de Entrância Final titular da 2ª Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas, para participar do Congresso Internacional de Direito Empresarial – “Os cinco anos da Lei de Recuperação e Falência”, a ser realizado na cidade de São Paulo – SP, no período de 10 a 12 de junho do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 03 (três) diárias no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 2.291,16 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – São Paulo – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 10 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1930/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 52, da Lei nº 14.043, de 21 de dezembro de 2007, c/c o art. 5º, incisos III e V, da Lei nº 12.482, de 31 de julho de 1995, e art. 13, do Provimento nº 60/2009, datado de 24 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº 12864/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE ASCENDER FUNCIONALMENTE, através da PROGRESSÃO POR MOVIMENTAÇÃO DE REFERÊNCIAS, o servidor relacionado no Anexo Único desta Portaria, em razão do cumprimento do estágio probatório e de aprovação na avaliação especial de desempenho.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, 16 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 1930/2010

A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010

NOME DO SERVIDOR: EMANUEL JOSÉ MATIAS GUERRA

MATRÍCULA Nº 168282

SITUAÇÃO ATUAL: Técnico Ministerial, Classe "A" - Ref. 1

SITUAÇÃO FUTURA: Técnico Ministerial, Classe "A" - Ref. 4

PORTARIA Nº 1614/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, c/c o art. 186, caput, art. 203, inciso III e art. 204, inciso II, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o Provimento nº 30/2007, datado de 02 de julho de 2007,

CONSIDERANDO a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada no dia 1º de junho de 2010,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do membro do Ministério Público do Estado do Ceará apresentar, quando de seu retorno, relatório escrito sobre o evento do qual participou, para fins de comprovação e/ou aproveitamento, para distribuição ao Colégio de Procuradores de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público,

CONSIDERANDO que a participação do abaixo citado membro caracteriza atuação funcional e tendo em vista o que consta no processo nº 11253/2010-9,

RESOLVE DESIGNAR A DRA. NÁDIA COSTA MAIA, Promotora de Justiça titular da 13ª Promotoria de Justiça Criminal e Secretária Executiva das Promotorias de Justiça Criminais da Comarca de Fortaleza, para participar da 1ª Reunião do Grupo de Sistema de Informações Penais, a ser realizada na cidade de Brasília - DF, no dia 28 de maio do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 01 (uma) diária no valor unitário de R\$ 763,72 (setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), ajuda de custo no valor de R\$ 381,86 (trezentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como passagens aéreas para o trecho Fortaleza – Brasília – Fortaleza, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1900/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 ( Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), e tendo em vista o que consta no Processo nº 11833/2010-8 SP-PGJ/CE,

RESOLVE REVOGAR, a partir de 31 de maio do ano em curso, a Portaria n.º 538/2010, datada de 04 de março de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 050, de 16 de março de 2010, que concedeu a Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, com valor correspondente ao cargo comissionado DAS-3, a servidora EMANUELE MOREIRA DA SILVA, Técnica Ministerial, matrícula nº168301, com lotação na Comarca de Fortaleza.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 14 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1938/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c os arts. 3º e 9º, da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processo nº 12524/2010-2 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR RAFAEL LÍVIO MAGNO DE SOUSA, Técnico Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Iruçuaba, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 380,60 (trezentos e oitenta reais e sessenta centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca Vinculada de Miraima, nos dias 03/05/2010, 05/05/2010, 07/05/2010, 12/05/2010, 14/05/2010, 19/05/2010, 21/05/2010, 24/05/2010, 26/05/2010 e 28/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

RECOMENDAÇÃO 02/2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, por meio da Promotoria de Justiça da Saúde Pública da cidade de Sobral, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial a constante nos art. 127 da Constituição Federal:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis – art. 127 da CF;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever de zelar pela efetividade dos serviços de relevância pública com resolutividade de seus atos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elencou como princípios fundamentais o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana e que esta mesma Constituição fez compreender a saúde como direito social de todo cidadão;

CONSIDERANDO que o art. 196 da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 garante a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, que se consubstancia em proteger, recuperar a saúde e a necessidade de reduzir os riscos de doenças e outros agravos: a assistência farmacêutica deve ser voltada para a distribuição de medicamentos e a promoção do uso racional desses produtos.

CONSIDERANDO que são diretrizes do Sistema Único de Saúde a descentralização, a integralidade e a participação da comunidade e que, nos termos do art. 2º da Lei n.º 8.080/90, a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado promover as condições indispensáveis a seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelos direitos metaindividuais, pela defesa dos interesses sociais e indisponíveis da sociedade, sendo função institucional “zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados” (art. 129, inciso II, CF);

CONSIDERANDO os princípios BIOÉTICOS que devem pautar as ações de qualquer gestor ou responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas em saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos os brasileiros e dever do Estado – Art. 196 da CF e Art. 2º da Lei n.º 8.080/90;

CONSIDERANDO que é direito de todos os cidadãos o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação - Art. 196 CF;

CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços em saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle – Art. 197 da CF;

CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo, dentre outras, com a diretriz do atendimento integral à saúde – Art. 198, II da CF;

CONSIDERANDO que o inciso II, do artigo 7º, da Lei n.º 8.080/90, prega a “integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”;

CONSIDERANDO a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento do SUS por tratar-se da política pública de maior inserção social;

CONSIDERANDO a responsabilidade pelo regular funcionamento desse sistema tanto por parte do poder público, pelos profissionais que atuam na gestão e na assistência de usuários e pela sociedade em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de se entender que as farmácias e drogarias correspondem a centros articulados do Sistema Único de Saúde – SUS, destinadas a beneficiar a saúde do paciente, e não apenas centros de mercantilização da saúde;

CONSIDERANDO que a importância e a responsabilidade das farmácias para promover o benefício social com a atenção farmacêutica e o atendimento focado na saúde do paciente, segundo diretrizes da Organização Mundial da Saúde – OMS;

CONSIDERANDO que as farmácias e drogarias devem ser consideradas como estabelecimentos de saúde com função de prestação de serviços de interesse público, articuladas com o Sistema Único de Saúde - SUS, destinadas a prestar assistência farmacêutica e orientação sanitária individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar o serviço farmacêutico para que a população possa ter a exata dimensão da finalidade sanitária e social das farmácias e drogarias;

CONSIDERANDO a necessidade de se compreender que a adaptação às disposições da lei federal 5.991/73 em face de

legislação estadual, dizem respeito à fiel observância dos princípios e preceitos de nossa Lei Suprema - CF/1988, que deixa expresso a suplementação das leis hierarquicamente inferiores nos casos de omissão e interesse regional ou local. Tratamos de Saúde Pública, interesse nacional diretamente subordinado à CF e as legislações federais;

CONSIDERANDO que as legislações estaduais que permitem a comercialização de mercadorias variadas em farmácias e drogarias contrariam a legislação federal – lei 5.991/73 e a própria CF que dispõe sobre repartição de competência legislativa concorrente, logo, não poderá se sobrepor aquela, segundo a hermenêutica de nosso ordenamento jurídico.

VEM RECOMENDAR ÀS FARMÁCIAS E DROGARIAS COMO ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE:

1. Adaptar-se ao disposto no artigo da lei federal 5.991/73 que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, e entende que tais farmácias e drogarias não estão autorizadas a comercializar produtos que não sejam drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e determinados correlatos, que devem ser entendidos como aqueles ligados à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, diretamente ligados aos interesses da saúde.

2. Qualificar os serviços farmacêuticos no Brasil, incluindo a proibição expressa da comercialização de produtos alheios em farmácias e drogarias, para evitar práticas enganosas e prejudiciais à saúde pública, conduzindo para uma adequada percepção da população sobre o papel desses estabelecimentos.

3. Adequação das farmácias para seu regular funcionamento, devendo primeiramente adaptar-se às exigências do órgão municipal de vigilância sanitária com a retirada do devido Alvará de funcionamento – segundo o disposto pela lei n.º 8.080/90, e a posterior autorização de funcionamento concedido pela ANVISA segundo o disposto pela Medida Provisória 1.814/99 que deu nova redação à lei n.º 9.782/99.

4. Adequação do funcionamento das farmácias e drogarias principalmente segundo às disposições da ANVISA – que exige a sua licença para a concessão da autorização de funcionamento, que na qualidade de Autarquia Federal é detentora da competência central sobre vigilância sanitária. Tais farmácias e drogarias para adquirirem a licença deverão protocolar junto a tal autarquia o peticionamento de autorização, eletrônico ou manual.

5. Providenciar para o funcionamento das farmácias e drogarias a 'autorização de funcionamento' da ANVISA com a devida publicação no Diário Oficial da União declarando a situação regular de tais farmácias e drogarias.

VEM RECOMENDAR À VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL:

1. Fiscalizar as farmácias e drogarias a fim de constatar se as mesmas se encontram devidamente regularizadas nos termos da presente recomendação;

2. Instruir as farmácias que não se encontram devidamente regularizadas que as mesmas possuem um prazo de 30 (trinta) dias para se adequar aos termos da legislação sanitária;

3. Enviar após o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias relatório informando quais os estabelecimentos que ainda se encontram descumprindo os termos da presente recomendação a fim de que se proceda o fechamento das referidas farmácias e drogarias irregulares;

4. Conceder provisoriamente alvará sanitário às farmácias devidamente regularizadas junto à ANVISA, enquanto se elabora um termo de ajustamento de conduta acerca dos produtos correlatos.

Que seja enviada esta Recomendação para conhecimento da Procuradora-Geral de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público e ainda para publicação no Diário de Justiça do seu inteiro teor.

Que seja dada ciência da presente recomendação, devendo ser enviadas cópias tanto para as farmácias, como também à Diretoria do Fórum local, à Câmara dos Vereadores de Sobral, ao Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Saúde e à Célula de Saúde do Estado sediada em Sobral.

SOBRAL, 02 DE JUNHO DE 2010.

ALEXANDRE PINTO MOREIRA  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1935/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c o art. 3º e 9º da Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11815/2010-5 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR REGINALDO MARQUES ALBUQUERQUE RODRIGUES, Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Coreaú, o valor de R\$ 38,06 (trinta e oito reais e seis centavos), por dia de deslocamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 205,47 (duzentos e cinco reais e quarenta e sete centavos), em virtude de deslocamentos para a Comarca Vinculada de Moraújo, nos dias 05/05/2010, 06/05/2010, 11/05/2010, 14/05/2010, 17/05/2010, 18/05/2010, 21/05/2010, 26/04/2010 e 28/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1953/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso I da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º do Provimento nº 022 de 27 de fevereiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 003 de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11619/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE PRORROGAR A CONCESSÃO AO SERVIDOR REGINALDO MARQUES ALBUQUERQUE RODRIGUES - Técnico

Ministerial, com lotação na Comarca de Coreaú, o percentual de Gratificação de Verba Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento-base, para execução de Diligências, no período de julho a dezembro de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça, ficando condicionado o pagamento da verba indenizatória à apresentação do relatório mensal das diligências efetuadas, sob forma consolidada, com a indicação das datas e justificativas, em obediência ao disposto no Provimento nº 022/2008, sob pena de indeferimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1957/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “f”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “a”, do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3793/2010-4 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER à servidora SANDRA GOMES SOARES - Analista Ministerial – Administração, Classe A, Referência 4, com lotação na Comarca de Fortaleza, matrícula nº 168317, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 10% (dez por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso Intensivo I, de extensão universitária, a partir de 27 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1942/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c a Resolução nº 07/2008, de 10 de setembro de 2008, e tendo em vista o que consta nos Processos no 12288/2010-4 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR TIAGO OLIVEIRA FREIRE CARNEIRO, Técnico Ministerial, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Massapê, o pagamento de 04 (quatro) diárias no valor unitário de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 304,52 (trezentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), em virtude de deslocamento para a Comarca de Sobral, nos dias 10/05/2010, 11/05/2010, 17/05/2010, 18/05/2010, 24/05/2010, 25/05/2010, 26/05/2010 e 27/05/2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 17 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1951/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), artigo 34, inciso IV, alínea “d”, da Lei nº 14.043 de 21 de dezembro de 2007, artigo 1º, alínea “c”, do Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, Provimento nº 03 de 16 de janeiro de 2008, c/c Parecer Normativo nº 001 de 17 de abril de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 10479/2010-1 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER AO SERVIDOR VALTER GONÇALVES MOREIRA FILHO - Técnico Ministerial, com lotação na Comarca de Caririçu, o percentual de Gratificação Adicional de Incentivo à Titulação e Desenvolvimento Funcional de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento-base, em razão da conclusão do Curso de Direito, a partir de 12 de maio de 2010, devendo a despesa correr por conta de verba própria da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 16 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1964/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, inciso V, da Lei nº 72 de 12 de dezembro de 2008 ( Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), c/c os artigos 80, inciso I, e 88 da Lei nº 9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), e tendo em vista o que consta no Processo nº 13084/2010-6 SP-PGJ/CE,

RESOLVE CONCEDER à servidora VERAMAR ALVES FERREIRA, Técnica Ministerial, com lotação na Comarca de Fortaleza, 09 (nove) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 31.05.2010, devendo expirar em 08.06.2010.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto  
Procuradora-Geral de Justiça

---

**SUMÁRIO**

---

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Presidente	Des. Ernani Barreira Porto
Endereço	Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambé - CEP: 60822-325
Telefone	(85) 3207-7000
Internet	www.tjce.jus.br
<b>Diário da Justiça Eletrônico</b>	
Coordenadora Responsável	Conceição de Maria C. P. Linhares

TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	2
PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	2
CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.....	5
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.....	24